

Janeiro 2006

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 A inflação mais baixa de sempre	1
1.2 A diferença de perspectiva na distribuição das riquezas e no combate à pobreza.....	1
1.3 Inflação de 18,53 por cento em 2005	3
1.4 Programa de desenvolvimento rural abrange 70 mil famílias.....	3
1.5 Petróleo: Produção Angolana subiu para mais de 1,3 milhões de barris/dia em 2005.....	4
1.6 Estabilidade da economia Angolana não é miragem.....	4
1.7 Petróleo representa 90 por cento das exportações angolanas	5
1.8 Confirmado potencial de novo poço de petróleo	6
2. MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS	6
2.1 Agora cozinha-se no lixo, no São Paulo	6
2.2 Mais vendedoras para rua.....	7
2.3 Os números da pobreza são assustadores	7
2.4 Novo Banco financiamento ou batota?	8
2.5 Pescadores choram	8
2.6 Taxas Anárquicas	8
3. GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO	9
3.1 EUA: Embaixadora angolana pretende crescimento das relações bilaterais.....	9
3.2 Dos Santos felicita Cavaco Silva.....	10
3.3 Deputados recebem 2500 dólares de renda de casa.....	10
3.4 Governo abandona Zaire	11
3.5 Administradores adjuntos de Luanda serão técnicos superior.....	12
4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CIVICA	13
4.1 Americanos preocupados com processo eleitoral	13
4.2 Eleições no Zaire serão difíceis	13
4.3 EUA dispõem-se a apoiar financeiramente eleições angolanas.....	14
4.4 Concluído empossamento dos gabinetes municipais eleitorais.....	14
4.5 Extra-parlamentares desistem de manifestações de rua	15
4.6 «Eleições só mesmo em 2007» diz O Independente	15
5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA	16
5.1 Igreja Evangélica investe USD 37mil em escolas	16
5.2 Município do KIWADA-NZOJI precisa de 75 professores.....	16
5.3 Estudantes bolseiros acusam Governo de Cabinda de não cumprir promessas.....	17
5.4 Mais de 200 crianças desamparadas voltam ao seio familiar	17
5.5 Luanda precisa 300 novas salas de aulas	18
5.6 Huambo terá mais oito escolas e quatro postos de saúde	18
6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO	19
6.1 Estórias de terrenos e demolições.....	19
6.2 Detido burladores de casas.....	20
6.3 Capapinha declara “guerra” sem tréguas.....	20
6.4 Demolições em Luanda vão continuar.....	22
6.5 Projecto Panguila, uma mão cheia de desilusões (I)	22
6.6 Travar demolições humanas!	24
6.7 ... E deputados apertam Capapinha	25
6.8 Programa de desenvolvimento rural abrange 70 mil famílias.....	26
6.9 Quatrocentas famílias desfavorecidas no Bié recebem casas.....	26
7 SERVIÇOS BASICOS	26
7.1 Temor à tuberculose pode dar em greve na ELISAL.....	27

7.2 Administrador do Cazenga prioriza recollha de lixo.....	28
7.3 Obras do aterro sanitário serão concluídas em Março	28
7.4 Elisal “apunhala” parceiros	28
7.5 Bairro Benfica sitiado pelo lixo	30
7.6 Província do Huambo tem mais 42 fontenários.....	30
8 PAZ E RECONCILIAÇÃO	30
8.1 ONG lança Jornal de Direitos Humanos.	30
8.2 Prorrogado mandato da UTCAH por mais 2 anos.....	31
8.3 Massacre tribal hediondo e cruel.....	31
2 Mercado Informal e Microfinanças	32
2.1 Título do Artigo (não em letros maiusculos).....	32
2.2 Título do Artigo (não em letros maiusculos).....	32
3 Governação e Descentra-lização	33
3.1 Título do Artigo (não em letros maiusculos).....	33
4 Eleições e Educação Cívica	34
4.1 Título do Artigo (não em letros maiusculos).....	34
5 Educação, Juventude e Criança	35
5.1 Título do Artigo (não em letros maiusculos).....	35
6 Terra, Habitação e Urbanização	36
6.1 Título do Artigo (não em letros maiusculos).....	36
7 Serviços Básicos	37
7.1 Título do Artigo (não em letros maiusculos).....	37
8 Paz e Reconciliação	38
8.1 Título do Artigo (não em letros maiusculos).....	38

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 A inflação mais baixa de sempre

Jornal de Angola...13 de Janeiro

A taxa de inflação do país, no ano passado, foi a mais baixa de sempre, 18,53 por cento, caindo mais de 12 pontos percentuais face aos 31,02 por cento de 2004, revelou ontem o Instituto Nacional de Estatística.

De acordo com os dados da mesma fonte, o índice de preços no consumidor em Luanda aumentou 1,93 por cento em Dezembro. Apesar de manter a tendência de descida que tem vindo a ser registada nos últimos anos, a taxa da inflação ultrapassou a meta definida pelo Governo para o ano passado, que era de 15 por cento. A taxa da inflação acumulada em 2005 ultrapassou também a previsão avançada no início de Novembro pelo primeiro-ministro angolano, Fernando Dias dos Santos, que, numa intervenção proferida no Parlamento, admitiu uma taxa de 17,7 por cento no final do ano. No princípio do ano, o Governo previa uma meta de inflação de 15 por cento, uma diferença de 3 pontos. Contudo, o ministro-adjunto do primeiro ministro, Aguinaldo Jaime, considera a diferença muito ténue, a julgar pelos níveis de inflação dos anos anteriores, que chegaram a uma acumulação de mais de 3 mil por cento em meado da década de 90.

Em relação ao mês de Dezembro, os dados divulgados pelo INE referem que o maior aumento foi registado na rubrica de vestuário e calçado, com uma subida de 4,36 por cento, seguindo-se as rubricas de bebidas alcoólicas e tabaco (2,85), lazer, recreação e cultura (2,70) e alimentação e bebidas não alcoólicas (2,43). Por outro lado, a variação homóloga da inflação fixou-se em 18,53 por cento em Dezembro, o que representa uma descida de 0,45 por cento em relação ao valor registado no mês anterior, numa tendência de desagravamento que se vem registando construtivamente desde meados de 2000.

O índice de preços no consumidor elaborado pelo INE resulta de um cabaz constituído por 24 produtos, sendo mensalmente analisados cerca de 14.700 preços em vários mercados e lojas comerciais da capital angolana. A taxa de inflação tem vindo a descer de forma acentuada, nos últimos anos, especialmente desde 2001, ano em que se fixou em 116 por cento, baixando depois para 105 por cento em 2002. Em 2003, este

indicador económico fixou-se pela primeira vez nos dois dígitos, atingindo 76,5 por cento, sofrendo uma nova descida acentuada no ano seguinte, com 31,02 por cento. Para o ministro-adjunto do primeiro-ministro, Aguinaldo Jaime, o combate à inflação continua a ser “um dos vectores mais importantes da política económica do Governo”, atribuindo a esta matéria uma “forte importância”.

“Esta ênfase que o Governo põe na taxa de inflação não é um menosprezo pela economia real e pela condição de vida dos trabalhadores angolanos, pelo contrário. A inflação é um imposto encapotado, que retira rendimentos às pessoas e penaliza sobretudo as pessoas de menores rendimentos e as que auferem rendimentos fixos”, afirmou Aguinaldo Jaime, numa entrevista que concedeu à emissora estatal angolana. Nessa perspectiva, defendeu que a estabilização dos preços é uma forma de “proteger o nível de vida das pessoas, fundamentalmente as de menores recursos”.

“Por outro lado, estamos a criar um quadro de confiança que permite ao capital nacional e estrangeiro apostar no mercado angolano, investir em Angola, criando condições para o aumento da oferta de bens e serviços, que é a forma de melhorar o nível de vida das populações”, acrescentou.

1.2 A diferença de perspectiva na distribuição das riquezas e no combate à pobreza

Terra Angolana...janeiro 06

Na concepção e execução de políticas que visam a distribuição equilibrada das riquezas e o combate à pobreza, a UNITA e o MPLA que lidera o governo têm diferenças de perspectivas e de métodos. Isto ficou visto e espelhado durante as discussões e aprovação do Orçamento Geral do Estado /2006.

Neste acto, mais uma vez levantou-se o velho problema relacionado com os métodos que o elenco governativo se propõem em a usar no combate à pobreza. Foi por isso que o maior partido da oposição se absteve. Esta atitude fez com que vários comentários fossem levados à público por pessoas que se consideram peritas em matéria de economia. O articulista Sousa Neto do semanário Angolense no seu texto intitulado "Abstenção do Galo Negro na aprovação do orçamento - A UNITA VOTA OGE COM COMPLEXOS DE PILATOS - " publicado na edição de 17 A 24 de Dezembro /2005 a estes propósito diz que " a abstenção da UNITA na votação definitiva do OGE para 2006...levanta uma questão fundamental: que classe de oposição representa afinal de contas, a

UNITA? Uma oposição obstrucionista ou uma oposição que de tão engajada com a situação, desaprendeu a dizer não?" Mais adiante o articulista afirma que "o significado da abstenção da UNITA na votação do OGE 2006 tem, um primeiro significado: A UNITA não nega a qualidade e o mérito do documento, mas prefere fazer oposição por meio de baixa política, em que o sentido de missão e a noção de Estado são substituídos pelo obstrucionismo." Segundo este articulista, "esta frustrante constatação conduz-nos a procurar encontrar um segundo significado para abstenção da UNITA na votação do OGE 2006. Impõem-se determinar o que a UNITA se propõem obstruir."

Depois deste quadro de interrogações, Sousa Neto chega à seguinte conclusão: "Aparentemente, a UNITA convem-lhe criar um ambiente político que afaste os angolanos de qualquer compromisso com as propostas governamentais de estabilização política, económica do governo, no quadro da estratégia desse partido de chegar ao poder".

É preciso antes de mais lembrar que a UNITA está presente no GURN por força dos acordos de Bicesse e o entendimento do Luena e não para materializar os planos de governação do MPLA. Daí que qualquer partido que se preze deve votar consciência, sobretudo tratando-se de uma questão tão séria com o é, o OGE.

Em segundo lugar deve se ter em conta que o presidente da bancada parlamentar da UNITA Alcides Sakala no seu pronunciamento oficial a propósito destes OGE afirmou que votariam a favor caso obtivessem cedências do governo face a uma série de questões que foram previamente elaboradas pelo secretário para assuntos económicos e apresentadas ao órgão competente. Tanto o articulista em questão como outros comentaristas a respeito da atitude da UNITA, não levaram em conta as questões que este partido apresentou sob o título "o OGE-2006 - Comentários técnicos e políticas gerais - o que em muito teria facilitado a compreensão dos camaradas. Ao longo de muitos anos MPLA apresentou-se sempre como sendo o dono da verdade. Esta tendência foi-se generalizando mesmo entre os fazedores de opinião.

Ao que parece, o problema entre o MPLA e a UNITA pelo menos em relação a este OGE, reside mais uma vez na forma de encarar o país real, com suas gentes carentes e o seu subsolo rico em matérias primas e a forma de gerir esta riqueza e a canalização do investimento que vem do estrangeiro. Infelizmente, a UNITA, como maior partido de oposição, não conseguiu obter respostas dos que governam sobre estas questões, que acabaram por condicionar a sua

votação. Uma leitura atenta sobre este documento preparado pela UNITA, afasta qualquer ideia eleitoralista. As questões estão colocadas de modo tão objectivo que não é preciso ser da oposição para perceber que este governo precisa explicar muitos dos seus procedimentos em relação aquilo que constitui um bem de todos. Várias questões são trazidas à ribalta em vista dos 23 biliões 109 milhões e 579 mil (ao cambio de 94,2 previsto) que o governo propõe para o OGE e os investimentos publicos de 714 biliões, 671 milhões, 207 mil, qualquer coisa como 7 biliões, 588 milhões, 743 mil dólares Americanos, com uma previsão de produção de 1 milhão e 600 mil de barris de petróleo / dia o que corresponde a um montante de 26 biliões, 869 milhões de dólares Americanos ao preço de 45 o barril. Porém não foi explicado qual é o montante exacto do crédito chinês. Quais os benefícios na plano do emprego e quais as empresas angolanas nele envolvidas, não se falou das receitas petrolíferas, como por exemplo a domiciliação das receitas das Cias. Porquê que o governo cria entraves a estas em relação ao que elas pagam ao Estado, em matéria de impostos, taxas, royalties, bónus e demais receitas?

Outra questão prende-se com a produção de diamantes. A verba apresentada parece irrisória face ao aumento que se vem verificando na exploração, produção e comercialização das pedras preciosas nos últimos dois anos. A UNITA acha que houve uma subavaliação orçamental neste particular.

Não houve resposta em relação aos valores relativos as taxas de circulação. A questão das as simetrias regionais e sócias, não foram objecto de abordagem apesar de terem sido levantadas. Em relação ao combate à pobreza e à distribuição da riqueza, o Governo liderado pelo MPLA acha que este será levado à cabo através do principio de que a estabilidade dos preços seja o factor principal e no meio de distribuição mais justa do rendimento nacional.

A UNITA acha esse pensamento enganador. Para o Galo Negro, as chaves desta questão passam pelo pagamento de salários justos e dignificantes (permanentemente ajustados à taxa de inflação mensal); pelo escalonamento salarial proporcional e solidário, que evite grandes diferenças salariais entre as categorias do topo e as da base no mesmo local de trabalho e em ramos de actividades complementares; por uma distribuição regional da riqueza mais equilibrada que procure potenciar as capacidades produtivas e socioculturais de regiões do mesmo país e atrair recursos humanos e investimentos. Tudo isto, aliado a uma política fiscal agressiva e de base alargada.

Para a bancada parlamentar da UNITA, "nos tempos

modernos actuais, os problemas da estabilidade económica e social e do desenvolvimento de um país não se resolvem somente com aplicação rígida de teorias ortodoxas, sejam elas clássicas ou Keynesianas. A questão dos equilíbrios sociopolíticos como os géneros (homens e mulheres); da juventude Vs terceira idade (conflito de gerações); das regiões (etno" culturais) em que o litoral (norte Vs Sul) se sobrepõem, quase sempre ao "interland"; entre os cidadãos nacionais Vs expatriados (em termos de oportunidades de emprego, negócios, inserção social, formação, etc); são de importância capital e devem entrar igualmente na equação do problema. Desprezar isto é adiar a solução do problema. É enterrar a cabeça na área como a avestruz".

1.3 Inflação de 18,53 por cento em 2005

Folha 8... 21-01-06

A inflação no ano passado foi a mais baixa de sempre, 18,53 por cento, baixando mais de 12 pontos percentuais face aos 31,02 por cento de 2004, segundo a análise do Instituto Nacional de Estatística.

De acordo com os dados da mesma fonte, o índice de preços no consumidor em Luanda aumentou 1,93 por cento em Dezembro. Apesar de manter a tendência de descida que tem vindo a ser registada nos últimos anos, o valor da inflação ultrapassou a meta definida pelo governo para o ano passado, que era de 15 por cento. O valor final da inflação acumulada em 2005 ultrapassou também a previsão avançada no início de Novembro pelo primeiro-ministro, Fernando Dias dos Santos, que, numa intervenção proferida no parlamento, admitiu uma taxa de 17,7 por cento no final do ano. Relativamente ao mês de Dezembro, os dados divulgados pelo INE referem que o maior aumento foi registado na rubrica de vestuário e calçado, com uma subida de 4,36 por cento, seguindo-se as rubricas de bebidas alcoólicas e tabaco (2,85), lazer, recreação e cultura (2,70) e alimentação e bebidas não alcoólicas (2,43), por outro lado, a variação homóloga da inflação fixou-se em 18,53 por cento em Dezembro, o que representa uma descida de 0,45 por cento em relação ao valor registado no mês anterior, numa tendência de desagravamento que se vem registando consecutivamente desde meados de 2000.

O índice de preços no consumidor elaborado pelo INE resulta de um cabaz constituído por 24 produtos, sendo mensalmente analisados cerca de 14.700 preços em vários mercados e lojas comerciais da capital. A taxa de inflação tem vindo a descer acentuadamente nos últimos anos, especialmente desde 2001, ano em que se

fixou em 116 por cento, baixando depois para 105 por cento em 2002. Em 2003, este indicador económico fixou-se pela primeira vez nos dois dígitos, atingindo 76,5 por cento, sofrendo uma nova descida acentuada no ano seguinte, com 31,02 por cento. Para o ministro-adjunto do primeiro-ministro, Agualdo Jaime, o combate à inflação continua a ser "um dos vectores mais importantes da política económica do governo", atribuindo a esta matéria uma "forte importância. Esta ênfase que o governo põe na taxa de inflação não é um menosprezo pela economia real e pela condição de vida dos trabalhadores angolanos, pelo contrário.

A inflação é um imposto encapotado, que retira rendimentos as pessoas e penaliza sobretudo as pessoas de menores rendimentos e as que auferem rendimentos fixos", afirmou Agualdo Jaime. Nessa perspectiva, defendeu que a estabilização dos preços é uma forma de "proteger à nível de vida das pessoas, fundamentalmente as de menores recursos. Por outro lado, estamos a criar um quadro de confiança que permite ao capital nacional e estrangeiro apostar no mercado angolano, investir em Angola, criando condições para o aumento da oferta de bens e serviços, que é a forma de melhorar o nível de vida das populações", acrescentou.

Com estes dados o Governo angolano através do Ministério das Finanças aponta o sector dos petróleos e os diamantes os grandes suportes que permitiram a contenção da inflação dentro do circuito económico-financeiro nacional. O quadro não teve grandes alterações, visto que, os preços no consumidor continuam a registar uma relativa subida, segundo informações dos responsáveis do Instituto Nacional de Estatística, (INE).

1.4 Programa de desenvolvimento rural abrange 70 mil famílias

Jornal de Angola... 18-01-06

SETENTA mil e 700 famílias camponesas na província do Kwanza-Sul estão envolvidas no programa de extensão rural, em curso desde Setembro de 2005, que tem como objectivo o combate à fome e à pobreza.

Em declarações prestadas ontem à Angop, o director provincial do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), Manuel Alexandre, salientou que o programa decorre com êxito, mercê das quedas regulares das chuvas na região. As famílias envolvidas no programa, referiu, beneficiaram de 250 toneladas de sementes de milho, 120 de feijão carioca, duas mil e 199 toneladas de fertilizantes diversos, 10 mil enxadas europeias, 900 mil limas, mil e 626 machados e 100 moinhos, que

serão distribuídos a mulheres camponesas.

Manuel Alexandre garantiu que no ano em curso o IDA vai continuar a apoiar as famílias camponesas com instrumentos de trabalho, fertilizantes e sementes, na perspectiva de aumentar as áreas de produção agrícola.

A província do Kwanza-Sul, com uma extensão geográfica de 58 mil e 698 quilómetros quadrados, possui uma população estimada em cerca de dois milhões e 500 mil habitantes.

1.5 Petróleo: Produção Angolana subiu para mais de 1,3 milhões de barris/dia em 2005

Ibinda... 10-01-06

A produção petrolífera subiu para mais de 1,3 milhões de barris diários no ano passado em Angola, país que é o segundo maior produtor de petróleo da África subsaariana

«O nosso sector tem razões sobejas para se regozijar pelo que fez no decorrer do ano de 2005», afirmou o ministro angolano dos Petróleos, Desidério Costa, citado pelo jornal «O Apostolado».

O governante, que discursava na semana passada na cerimónia de cumprimentos de ano novo aos directores das companhias do ramo, destacou o impacto do início da produção do poço Kizomba B do bloco 15, explorado pela Esso-Angola.

Desidério Costa referiu ainda «a perfuração de um total de 22 poços, sendo 12 de pesquisas e 10 de avaliação», acrescentando que «dos poços de pesquisa, foram contabilizadas cinco descobertas comerciais, das quais quatro ocorreram no bloco 3».

O ministro dos Petróleos de Angola apontou ainda os concursos públicos para áreas livres dos blocos 1, 5, 6, 26, 15, 17 e 18, cujo processo está em curso.

De acordo com a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol), a meta da produção para 2006 é de aproximadamente 1,6 milhão de barris/dia, rumo aos 2 milhões pretendidos em 2008.

Encontram-se actualmente em actividade 35 blocos de exploração ao longo da costa angolana. O mais importante é o Bloco 0, operado pela Cabinda Gulf Oil Company (CABGOC). Só de Cabinda parte mais de 50% do petróleo.

1.6 Estabilidade da economia Angolana não é miragem

Angop...12-01-06

Os parceiros internacionais já acreditam na estabilidade da economia nacional, porquanto os empréstimos contraídos pelo Governo angolano estão agora a ser realizados sem o pré-financiamento com o petróleo, considerou quarta-feira, em Luanda, o ministro-adjunto do primeiro-ministro, Aguinaldo Jaime.

Em entrevista à Rádio Nacional de Angola (RNA), o governante disse que os esforços de reconstrução, o processo de reconciliação nacional em curso no país e a valorização da moeda estão a convencer os mais cépticos a acreditar no relançamento da economia e a debitar os seus investimentos em Angola. A estabilidade da economia, suportada pela valorização da moeda nacional(Kwanza), esclareceu, é apenas um meio que Angola está a utilizar por forma a atrair mais investimentos, criar mais crescimento e aumentar o nível de vida das populações.

Segundo enfatizou, a perspectiva do aumento da produção petrolífera no país e os esforços de diversificar a base produtiva não mineral, para o reforço do peso da economia, estão a criar confiança aos investidores, facto que permite aos parceiros internacionais emprestar dinheiro a Angola. O governante disse que no passado o endividamento apenas era feito com garantias reais, através de pré-financiamento com o petróleo, mas agora os empréstimos começam a ser realizados com garantias soberanas, como qualquer outro país faz. De acordo com o ministro, a dívida externa angolana, estimada em cerca de oito biliões de dólares, jamais é excessiva e insustentável, pois o país está a contrair empréstimos em condições normais que facilitam o seu pagamento. Para Aguinaldo Jaime, o endividamento actual não é ruinoso, porquanto não se está a contrair empréstimos para financiar o consumo, muito menos despesas correntes, mas tem sido feito para criar riqueza e incrementar os investimentos, através do aumento da capacidade produtiva nacional. O aumento da produção em sectores não petrolíferos, notou, vai aumentar a riqueza nacional, facto que possibilitará no futuro reembolsar os empréstimos. Quanto à contribuição dos bancos comerciais no desenvolvimento do empresariado nacional, Aguinaldo Jaime disse que, apesar de concederem empréstimos em volumes apreciáveis, o sector bancário ainda oferece poucas facilidades, tendo em conta as necessidades do país. Por esta razão, acrescentou, o governo está a estudar a possibilidade de, a curto prazo, criar um banco de desenvolvimento, que financiará

projectos em áreas não atractivas para o sector bancário ou onde o retorno de capital não é tão rápido.

Os esforços de diversificação do sector financeiro nacional, referiu, vão continuar nos próximos tempos com a criação das sociedades de capital de risco, entre outras modalidades.

1.7 Petróleo representa 90 por cento das exportações angolanas

Angop...09-01-06

A economia angolana continua fortemente dependente do sector petrolífero, que representou 90 por cento das exportações e metade do Produto Interno Bruto (PIB) do país em 2005, sendo ainda responsável por 80 por cento das receitas fiscais.

Estes dados oficiais, revelados em Luanda no final da semana passada, reflectem o peso que a indústria petrolífera representa em Angola, país que é o segundo maior produtor de petróleo da África subsaariana. Na sequência da entrada em funcionamento, em meados de 2005, da plataforma Kizomba B, a produção petrolífera angolana subiu para mais de 1,3 milhões de barris diários, numa tendência que deverá acentuar-se nos próximos anos. As perspectivas dos responsáveis da Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (SONANGOL) apontam para uma produção de dois milhões de barris por dia em 2008. No mesmo sentido, um estudo sobre a economia angolana divulgado em Abril de 2005 pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) referia que as receitas petrolíferas do país deverão registar um aumento de 50 por cento nos próximos três anos devido ao crescimento da produção.

As reservas petrolíferas angolanas estão estimadas em cerca de 12,5 mil milhões de barris, encontrando-se actualmente em actividade 35 blocos de exploração ao longo da costa angolana, situados em águas rasas, profundas e ultra-profundas. O mais importante é o Bloco 0 (zero), operado pela Cabinda Gulf Oil Company (CABGOC), uma subsidiária da petrolífera norte-americana Chevron, que assegura cerca de 600 mil barris diários. Durante o ano passado foram perfurados ao largo da costa angolana 22 novos poços, dos quais 12 de pesquisa e 10 de avaliação, dos quais resultaram cinco descobertas com interesse comercial. Entre estes cinco novos poços com potencialidades que justificam a sua exploração comercial, quatro estão localizados no Bloco 31.

Por outro lado, no final do primeiro trimestre deste

ano, a SONANGOL vai anunciar os vencedores do concurso que lançou para a atribuição de novas concessões em sete blocos de exploração de petróleo. Os concursos referem-se à atribuição de novas concessões nos blocos 1, 5 e 6, localizados em águas rasas, e no bloco 26, situado em águas profundas, incluindo ainda concessões em áreas remanescentes dos blocos 15, 17 e 18, localizados em águas profundas. Para este ano, o Orçamento Geral do Estado (OGE) aprovado pelo parlamento prevê uma produção total de 597 milhões de barris de petróleo, apontando para um crescimento do sector petrolífero superior a 37 por cento. As actividades de prospecção e pesquisa de petróleo em Angola começaram em 1915, ano em que foi perfurado o primeiro poço, na sequência de uma concessão atribuída cinco anos antes à companhia Canha&Formigal.

Essa primeira concessão para prospecção de hidrocarbonetos tinha uma área de 114 mil quilómetros quadrados e abrangia as bacias do Congo e do Cuanza, na costa norte de Angola. A primeira descoberta com interesse comercial só surgiu, no entanto, em 1955, num poço perfurado na bacia do Cuanza, a sul de Luanda, pela empresa belga Petrofina, que viria mais tarde a ser absorvida pela francesa Total. Quase duas décadas depois da primeira descoberta com interesse comercial, em 1973 o petróleo tornou-se a principal exportação de Angola, atingindo na altura uma produção de cerca de 170 mil barris diários. Em 1976, no primeiro ano da independência de Angola, a produção petrolífera estava centralizada no offshore de Cabinda, enclave no norte do país, e no onshore do Cuanza e do Congo.

Ao longo dos anos seguintes, a actividade petrolífera foi-se expandindo pela costa angolana, sempre com especial incidência no norte do país, tendo o ano de 1991 marcado o início da exploração em águas profundas. Sobre a intervenção do sector privado em projectos cujo financiamento é proveniente da China, explicou que o governo estabeleceu o princípio da sub-contratação obrigatória de empresas angolanas para que as mesmas possam ser capitalizadas. Aguinaldo Jaime disse que o governo pretende estender este princípio de sub-contratação às demais linhas de crédito, pois se o financiamento está a ser reembolsado com dinheiro angolano é legítimo que o mesmo possa beneficiar as empresas nacionais. No tocante ao crescimento previsto para este ano do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem dos 27,9 por cento, disse que os sectores não petrolíferos da economia também terão uma contribuição importante, porque os investimentos feitos permitirão colher resultados satisfatórios.

1.8 Confirmado potencial de novo poço de petróleo

Angop...11-01-06

A Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol E.P) e a Total Angola anunciaram, em comunicado, que o poço de avaliação Gengibre-2 permitiu confirmar o potencial de descoberta efectuada no poço Gengibre-1, no bloco 32 do offshore ultra-profundo angolano.

Situado a cerca de dois quilómetros do Gengibre-1 e perfurado a mil e 697 metros de profundidade, o Gengibre-2 permitiu o reconhecimento de várias estruturas geológicas, antes de atingir a profundidade final de quatro mil e 342 metros, segundo o comunicado. De acordo com a nota de imprensa, aquando dos dois testes efectuados produziu quatro mil e 540 barris de petróleo por dia, a partir do miocénio, e cinco mil e 100 barris por dia, a partir de oligocénio. A descoberta Gengibre está situada na parte este do Bloco 32, a cerca de 17 quilómetros da descoberta Gindungo-1, que foi a primeira neste bloco, ocorrida em 2003, e a 12 quilómetros do poço Canela-1, descoberta em 2004. Estão em curso estudos técnicos que permitirão o desenvolvimento comum destas descobertas. A Sonangol é a concessionária do Bloco 32. A Total, operador do 32, detém uma participação de 30 por cento e está associada à marathon Oil Company (30 por cento), Sonangol (20), Esso Exploration e Production Angola (15) e Petrogal (cinco por cento).

2. MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 Agora cozinha-se no lixo, no São Paulo

Independente... 21-01-06

Uma das coisas negativas que se verificou no processo de transferência dos vendedores do mercado do São Paulo para um outro provisório, erguido em frente, é o facto das cozinheiras ficarem sem espaço para atender os seus clientes

Ao contrário mercado provisório dos Congolezes, onde o espaço é vasto e os vendedores do antigo mercado foram todos acomodados, no São Paulo o processo foi marcado por graves erros cometidos pelo pessoal da

administração municipal do Sambizanga e da direcção de mercados e feiras. Diversas vezes se levantam contra a forma como decorreu o processo de transladação. Vejamos: apesar de terem sido já, há algum tempo atrás, advertidos da possibilidade de abandonarem o mercado que haveria de encerrar para obras, nas vésperas da consumação do acto nem sequer um aviso se deu. Terça-feira, 10 de Janeiro de 2006. Mariana, uma antiga comerciante de vestuário dirige-se ao seu posto de trabalho depois da habitual paragem que acontece todas as segundas-feiras no mercado. "Hoje ninguém mais vai vender aqui. O mercado está encerrado!", disse-lhe um dos fiscais que controlava o espaço. Mais de 20 agentes da Polícia Nacional, também, patrulhavam o espaço para, segundo o que "O INDEPENDENTE" apurou, travar sabotadores que pretendiam fazer das suas, mais uma vez. Como Mariana, a maioria dos vendedores mostraram-se surpresos e descontentes com a decisão. O mercado ficou assim encerrado. Deu-se início ao seu "despovoamento". Passaram-se oito dias e no início da semana que hoje finda a situação voltou à normalidade, ou seja, começou-se a vender no largo da Mamã Kitandeira, bem defronte ao mercado que entrará em obras brevemente. Comer no lixo Todos os comerciantes registados pela administração do mercado receberam os respectivos espaços no novo mercado provisório. Mas o mais caricato, no meio de tudo isto, é que deixaram de fora as mamãs que confeccionavam alimentos dentro do mercado.

"O espaço é pequeno e vocês vão ter de ficar de fora", assim respondeu um dos responsáveis do mercado quando indagado pelas cozinheiras sobre a sua sorte. Caro leitor nem imagina o lugar onde as colocaram: no largo adjacente ao mercado em frente a paragem de autocarros e de táxis. Trabalham sob tendas improvisadas. Junto delas está situada um contentar de lixo que ali se encontra há bastante tempo. Podem com isto perceber, caros leitores, que se trata de um local onde são depositados resíduos sólidos. Inclusive vendedores do mercado, taxistas e transeuntes que vinham fazendo as refeições no mercado mostraram-se desassossegados face á situação. "Então, vamos comer na rua Junto ao lixo. Isto é mesmo um desrespeito", comentou um taxista que acha que seria melhor que alguns vendedoras de roupa, por exemplo, ficassem de fora ao invés das cozinheiras. "Caso a situação se mantenha, quem aqui comer pode apanhar doenças", concluiu o taxista de nome Armando. Tia Maria, uma cozinheira, lamenta a diminuição significativa da clientela devido ao lixo.

A resposta que as vendedoras têm recebido da administração do mercado é que elas irão mesmo

continuar naquele espaço "porque os lugares dentro do mercado provisório acabaram. Ou ficam aqui ou então desistem de fazer comida". Até ao fecho desta edição, o contentor gigante de cor verde se mantinha de pedra e cal no referido largo. Dinheiro pelo trabalho Uma nota curiosa que a reportagem deste jornal testemunhou é o facto de terem corrido alguns rios de dinheiro em dólares americanos aquando da trasladação das mercadorias, bancadas, barracas de ferro etc. para o novo mercado provisório. Houve quem tivesse levado 500 dólares para casa pelo trabalho que efectuou. Estamos a falar dos roboteiros que se encarregaram do trabalho. Pelo transporte de cada bancada ou casota de ferro, como também são conhecidos, pagou-se USD 100.

E para o transporte de uma bancada participaram mais de quatro pessoas devido ao peso e tamanho. Houve uma luta intensa para mover as mais de 60 casotas. Choveu muito «kumbú».

2.2 Mais vendedoras para rua

Folha 8... 14-01-06

A transferência dos vendedores dos mercados do São Paulo e Congolezes para os mercados provisórios que aconteceu entre os dias 9 e 10 de Janeiro poderá deixar alguns vendedores "desempregados", uma vez os novos espaços serem pequenos, comparando com o número de vendedores dos mercados desalojados.

Os novos espaços serão usados até a reabilitação dos respectivos mercados municipais e estão localizados próximos dos mercados substituídos de formas a não penalizar os vendedores e também os compradores. Entretanto, não se teve em conta o número de vendedores a acolher, sobretudo no mercado dos Congolezes que contava com cerca de mil vendedores no seu interior e outras duas mil nos arredores. A intenção da administração do referido mercado era instalar todos os vendedores, segundo o administrador, Pereira Bravo. Entretanto, apenas mil e 504 vendedores couberam na nova feira o que significa dizer que aproximadamente mil e 500 vendedores estão sem trabalhar aguardando os arranjos que o administrador do mercado prometeu fazer, tendo para o caso criado uma comissão, composta por vendedoras para fazer o registo dessas pessoas. "Desde o princípio que nós alertámos que este espaço era pequeno mas não nos ligaram agora não sei o que vão fazer. Estão a nos mandar aguardar mas nós precisamos de trabalhar", desabafou Teresa João, uma das vendedoras não reinstaladas. Ainda assim o número de pessoas instaladas apresenta-se bastante alto para as condições de trabalho e higiene do novo espaço, uma vez ter

apenas uma casa de banho e estar privado de armazém, bem como de energia eléctrica. A situação no mercado de São Paulo foi menos conturbada, mas isso falando apenas na distribuição dos novos lugares, visto que no que diz respeito as condições de trabalho ser a mesma coisa.

A reconstrução desses dois mercados municipais resulta do programa de reconstrução de infra-estruturas entre o Governo Provincial de Luanda e o chinês. Quanto a questão de mais vendedores para rua é uma situação que tem caracterizado o processo de transferência de locais de venda no País, sobretudo em Luanda, basta recordar os processos dos mercados do Kinaxixe, Asa branca, Estalagem e Rocha Pinto.

2.3 Os números da pobreza são assustadores

Cruzeiro do Sul... 28-01-06

Benguela tem definida uma estratégia que visa a redução da pobreza com base na concepção de crédito bancário a camponeses. A primeira fase vai beneficiar vinte e oito mil famílias em cinco municípios da província.

A ADRA aproveitou o I Workshop provincial obre experiências de micro-crédito rural, realizado terça-feira última, 24, para mostrar que a pobreza em Benguela chegou a atingir 71,2%, percentagem que se situa abaixo dos limites. Com base em dados recolhidos em 1987, Tuca Manuel, um dos oradores do Workshop, disse que os números iniciais apontavam para 16,2% de pobreza extrema e posteriormente 55%, percentagem considerada moderada. Para Tuca Manuel, professor universitário e funcionário da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, a comuna da Catumbela constitui um dos vários indicadores da pobreza em Benguela, que encontra no desemprego a causa principal. O encerramento da Açucareira da Catumbela atirou para o desemprego centenas de chefes de famílias, que nos dias de hoje sobrevivem de vendas de produtos diversos. O evento, uma organização da ADRA, Governo de Benguela e a petrolífera "British Petroleum, visou definir estratégias que contribuam para o combate à pobreza e exclusão social, sobretudo na concepção de créditos para os camponeses. Uma das estratégias assenta no envolvimento das Estações de Desenvolvimento Agrário, organismos afectos ao Minader, nas diferentes acções de apoio a associações, permitindo transferir metodologias de Desenvolvimento Comunitário. Sabe-se que a nova linha de intervenção da ADRA, denominada "Crédito Greater Plutónio", contará com apoio do Banco Sol, que se propõe conceder créditos

até dez mil dólares norte americanos, sendo que a taxa de juros ronda os 10 por cento. Na ocasião, o Governo de Dumilde Rangel prometeu envidar esforços no sentido de subvencionar a actividade agrícola e fomentar a produção local.

O director provincial da Agricultura e o director-geral da ADRA, Abrantes Carlos e Luís Monteiro, foram unânimes em considerar que a juventude deve aproveitar esta oportunidade para a obtenção do crédito, bastando para tal que abram suas contas no Banco Sol. Esta iniciativa vai beneficiar um total de 28 mil famílias, divididas em 49 associações, nos municípios de Benguela, Lobito, Baía Farta Cubal e Ganda.

2.4 Novo Banco financiamento ou batota?

O Independente... 28-01-06

Com a abertura do País á economia de mercado e, principalmente, com o advento da paz, apareceram vários empreendimentos e instituições bancáriastendentes a elevara economia do País.

Uma dessas instituições em Angola da para o nome de Novo Banco. Relativamente recente, tem ja um apreciável numero de clientes que gabam os seus serviços , embora atuem na capital so com dois balcões . Nos ultimos tempos porem, alguns clientes que beneficiaram de creditod concedidos por esse banco queixam-se de que entre os funcionarios do estabelecimento existem pessoas que aproveitam do seu estatuto para extorquirem uns trocados aos clientes. Explicam: Para se conseguir um financiamento o Banco exige uma serie de requisitos , como fiador , visita aos estabelecimentos etc., enfim a atitude normal de um Banco nesses casos. O problema é como dissemos acima, alguns funcionarios aproveitam-se disso para. Assim uma pessoa que tenha de receber 10 mil dolares de financiamento terá de «bufar» oitocentos dolares para gasosa dos funcionarios. De acordo com um cliente deste Banco que nos passou a informação, essa atitude não vem dos quadros senior do estabelecimento. “Quem faz isso são os funcionários que fazem o inquérito e as vitorias. A mim ficaram com oitocentos dólares e um amigo meu que esta á espera de receber trinta mil dólares já sabe que vai cair com dois mil dólares.

Outras batotas...

Nos últimos dias tem sido modo o cidadão adquirir um cartão de recarga para o telemóvel e depois de todas as operações o aparelho rejeitar o cartão por ter sido já usado. As pessoas olham para o cartão e não acreditam,

já que a «raspagem» foi feita pelo próprio. Se há tempos o fenómeno se registava so numa das operadoras, agora são as duas com o mesmo problema. O que se passa de concreto? Há quem diga que vendedores desonestos conseguem ler o número do cartão com a ajuda de uma lupa. Outros afirmam que os empregados conhecem a sequencia da numeração , etc, mas no fim quem fica mesmo a perder é o utente. De momento o remédio encontrado é o cidadão pagar o cartão e pedir ao vendedor que faça a recarga. Se der «bandeira» ao menos é testemunha.

2.5 Pescadores choram

Agora... 28-01-06

O avanço das obras da Sonils paralisou também a actividade de mais de uma centena de pescadores e quitandeiras da Boavista, boa parte dos quais com mais de 50 anos a viver dos recursos do mar.

Esperança Sebastião reside no local e é viúva há 16 anos. O marido deixou, antes de morrer, uma chata e redes para pesca que davam para aguentar a casa e pôr os filhos na escola. Quem também se encontra em idêntica situação é Joaquina Gaspar, viúva com oito filhos e dezasseis netos. Não sabe por onde a Sonils levou a sua chata e as respectivas artes.

Sebastião José quase chora quando instado sobre a situação das suas duas chatas. "Amputaram-me a vida. Estou sem fazer nada. Isso afecta-me psicologicamente", referiu. Já António Coelho admite que a Sonils terá de se responsabilizar pelos da! nos. Ele perdeu 60 panos de rede que I adquiriu recentemente na África do Sul por 3 mil dólares. "Este valor somado aos custos das chatas que desapareceram, representa perdas ainda maiores que a Sonils vai ter que repor".

Mas estes são apenas alguns exemplos. Os pescadores da Boavista sentemse magoados por verem o seu esforço de longos anos ser destruído apenas numa noite. O jacto de areia, pedras e água afectou severamente as casas. Os sistemas de esgotos estão "sufocados" e teme-se por dias piores com o início das chuvas.

2.6 Taxas Anárquicas

Folha8... 28-01-06

As taxas a que aludimos neste artigo visam um negócio que vai da paragem da Moagem no Rocha Pinto até a rotunda das cartas ou da padaria, umas largas centenas de metros quadrados de superfície e centenas de vendedoras ali sentadas á espera de clientes

eventualmente interessados nos seus produtos.

O problema é que elas não são proprietárias desse espaço comercial e evidentemente deviam ter que pagar as devidas taxas para poder exercer a sua actividade de venda. Mas, oficialmente não pagam, porque aquilo no fundo não é espaço comercial nenhum, são simplesmente as bermas do que deveria ser uma auto-estrada, que também não é nada disso, porque os patrícios estão-se borrifando para as pontes e atravessam a malograda auto-estrada por toda a parte que dê hipótese para isso. Felizmente, estão ali os polícias da ordem pública, que aparecem sempre em cima de carros azuis, saltam para o chão e percorrem as tais bermas onde estão as quitadeiras, e impõe a sua legalidade, obrigando-as a pagar as indevidas taxas a módica quantia de 50 kz por cada uma delas. Se houver 500 quitadeiras (há mais) isso dá, todos os dias, uns 25.000kzs em caixa, o suficiente para arredondar com algumas boas “birras” os fins de mês sempre curtos em kumbú.

3. GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 EUA: Embaixadora angolana pretende crescimento das relações bilaterais

ANGOP...13 de Janeiro

A Embaixadora de Angola nos Estados Unidos da América, Josefina Pitra Diakité, defendeu na última terça-feira, no Estado de Illinois que ainda há muito espaço para o crescimento das relações entre Angola e os EUA, apesar do bom nível actual de entendimento político-diplomático entre os dois países.

A diplomata angolana teceu tais considerações durante as entrevistas que concedeu ao programa radiofónico Focus 580 da estação WILL-AM e ao diário Urbana e Champaign. Questionada sobre o nível actual das relações entre os dois países, disse que "podem ir além do interesse no sector petrolífero e da questão da segurança regional". Sublinhou que o entendimento bilateral alcançado deveria permitir uma maior diversificação das relações económicas e comerciais entre os dois países com ênfase para os investimentos nos sectores agrícola, saúde, educação e turismo e hotelaria. A Embaixadora Angolana enfatizou que no período pós- guerra, Angola devia beneficiar de uma assistência à reconstrução e desenvolvimento tal como

todos os outros países que, sendo igualmente ricos em recursos naturais, e tendo vivido situações similares, beneficiaram da organização de conferências internacionais de doadores.

Josefina Pitra recordou que apesar da discriminação da comunidade internacional, uma vez que outros países em situação de pós-conflito beneficiaram de ajuda, o Governo de Angola tem vindo, em tão curto espaço de tempo, a envidar esforços na reconstrução do país com relevância para a tarefa de reabilitação de infra-estruturas, estabilização da economia nacional e aumento dos serviços sociais básicos às populações mais carenciadas. A chefe da Missão Diplomática de Angola nos EUA esteve em visita de trabalho de 10 a 11 de Janeiro de 2006, ao Estado de Illinois, a convite da Reitoria da Universidade daquele estado americano.

O seu programa de trabalho teve início com uma visita à Biblioteca da referida Universidade, a terceira maior dos Estados Unidos da América com mais de 10 milhões de obras. Na referida biblioteca, a diplomata angolana fez uma visita demorada à secção africana que conta com mais de 200 mil obras de escritores africanos, entre eles, trabalhos de alguns autores angolanos como Agostinho Neto, Óscar Ribas, Pepetela e Luandino Viveira. De seguida, Josefina Diakité visitou o Instituto Beckman, que se dedica à investigação e pesquisa no ramo das ciências físicas, informática, engenharia, biologia, comportamento e conhecimento humano. Os cientistas daquela importante instituição manifestaram na ocasião, o interesse em cooperar com instituições congéneres e de ensino angolanas, no âmbito da investigação científica.

A diplomata angolana teve igualmente um encontro com responsáveis do Centro de Estudos Africanos daquela Universidade, tendo estes mostrado também o interesse em formar estudantes angolanos no ensino da língua inglesa, jornalismo, entre outros domínios. No segundo e último dia da visita, a embaixadora angolana deslocou-se, a Springfield, capital do Estado de Illinois, onde visitou o Museu Presidencial Abraham Lincoln e foi a convidada do programa "Encontro com Embaixadores em Springfield", uma iniciativa conjunta anual do gabinete de cooperação e Protocolo da Universidade de Urbana na cidade de Champaign e da cadeia de televisão WSEC. No programa, a embaixadora Diakité debruçou-se sobre a Mulher e a Política em Angola no pós-guerra. A anteceder o programa, Josefina Pitra Diakité concedeu uma longa entrevista à mesma cadeia. Com uma população estimada em 12 milhões de habitantes, Illinois é o quinto Estado mais populoso dos EUA, tendo Chicago como o seu maior centro urbano. Este

estado é também conhecido como o berço da lendária equipa de Basquetebol Chicago Bulls da NBA e viu nascer os presidentes Abraham Lincoln e Ronald Reagan.

3.2 Dos Santos felicita Cavaco Silva

Jornal de Angola...24-01-06

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, felicitou ontem o professor Aníbal Cavaco Silva, pela vitória obtida domingo, nas presidenciais em Portugal.

Uma nota de imprensa dos Serviços de Apoio ao Presidente da República dá a conhecer que, na sua mensagem, o Presidente José Eduardo dos Santos refere que, ao eleger Cavaco Silva, o povo português exprimiu, de modo inequívoco, a sua confiança e a sua adesão ao projecto político do professor.

José Eduardo dos Santos manifesta, também, o desejo de que o Presidente eleito de Portugal cumpra, com êxito, o seu mandato e que nesse período se estreitem mais as relações de amizade e cooperação entre os dois países.

De 67 anos de idade, primeiro-ministro de dois governos (de 1985 a 1995) de direita, Aníbal Cavaco Silva, um economista de renome, venceu as eleições presidenciais de domingo com 50,6 por cento dos votos. Para trás deixou os candidatos da esquerda Manuel Alegre (o segundo mais votado, com 20,7 por cento) e Mário Soares (14,3 por cento). O novo presidente português é empossado no dia 9 de Março de 2006, para um mandato de cinco anos.

Nos termos da Constituição Portuguesa, o Presidente eleito toma posse perante a Assembleia da República e a cerimónia efectua-se no último dia do mandato do Chefe de Estado cessante, Jorge Sampaio.

3.3 Deputados recebem 2500 dólares de renda de casa

Folha 8... 14-01-06

Então os deputados recebem 2.500 dólares para pagar as suas rendas de casa, mesmo se forem proprietários da casa em que vivem com a sua família? Essa quantia toda quando o povo, por não ter casa, vê as suas destruídas por falta de documentação do governo provincial? Como é possível explicar que um deputado com casa receba mais 2500 dólares para pagar renda? ...

A Assembleia Nacional vai gastar em 2006 mais de 6,6 milhões de dólares em ajudas para despesas com rendas

de casa dos deputados, recebendo cada um dos 220 parlamentares cerca de 2.500 dólares mensais.

A actualização do valor da ajuda mensal para despesas com a renda de casa foi recentemente publicada no Diário da República, depois do parlamento ter aprovado uma resolução que fixou o seu valor em 225 mil kwanzas (cerca de 2.500 dólares). Os deputados decidiram actualizar esta verba por considerarem 11 irrealista face aos actuais valores do mercado em Luanda o valor de 127.500 kz que tinham aprovado há cerca de um ano. A resolução determina ainda que os deputados que não forem reeleitos nas próximas legislativas, ainda sem data marcada, têm direito a receber esta ajuda nos seis meses seguintes ao final do mandato. A atribuição de uma ajuda fixa mensal para as rendas de casa, que abrange todos os parlamentares - incluindo os que foram eleitos pelo círculo de Luanda - surgiu na sequência das medidas adaptadas pelo parlamento para reduzir os custos com o alojamento dos deputados.

"É muito dispendioso para a Assembleia Nacional continuar a pagar a estada dos deputados em hotéis, que chegam a atingir 5.000 dólares por mês em alguns casos", afirmou, em Setembro, Aires do Rosário, director dos Serviços de Apoio aos Parlamentares. Com a atribuição deste subsídio os deputados foram obrigados a sair dos hotéis onde se encontravam alojados e arrendar habitações próprias. Uma parte dos 220 deputados da Assembleia Nacional foi alojada em unidades hoteleiras de Luanda na sequência das eleições de 1992 devido às dificuldades que então existiam para encontrar habitações condignas, um problema que afectava especialmente os deputados provenientes das províncias.

Os custos com o alojamento dos deputados tornaram-se, no entanto, demasiado elevados para o orçamento da Assembleia Nacional que, face à nova realidade do mercado habitacional de Luanda, decidiu criar condições para que cada deputado pudesse arrendar a sua casa. Com esse objectivo, foi decidido que cada deputado receberia um subsídio mediante a apresentação de uma declaração assinada pelo senhorio comprovando a existência de um arrendamento. Esta medida foi acatada pela generalidade dos deputados, mas um pequeno grupo de parlamentares recusou-se inicialmente a aceitar as novas regras.

O diferendo acabou por ser ultrapassado depois da Assembleia Nacional ter determinado que não pagaria as despesas nos hotéis a partir de Setembro de 2005. No âmbito das medidas de contenção de custos, o parlamento tinha anteriormente posto em prática um

sistema idêntico para o pagamento da manutenção das viaturas atribuídas aos deputados. Até à entrada em vigor das novas medidas de contenção de custos, o parlamento assegurava o pagamento de todas as despesas relacionadas com a manutenção das viaturas dos 220 deputados, o que implicava um gasto substancial. Para reduzir as despesas, o parlamento angolano aprovou a atribuição de um subsídio mensal de 1.000 dólares a cada deputado destinado as despesas de manutenção dos veículos.

Cada deputado angolano recebeu na altura em que assumiu o cargo um subsídio de instalação de 35 mil dólares, além de uma viatura de gama alta. A Assembleia Nacional de Angola tem 220 deputados, sendo 129 do MPLA, 70 da UNITA, seis do PRS, cinco da FNLA e três do PLD. O PDP-ANA, PAIOCA, AD, PRD, PSD, FDA e PNDA possuem um deputado cada.

3.4 Governo abandona Zaire

Folha 8...28-01-06

Eduardo Faustino Manuel, cidadão caritativo e porta-voz dos naturais e amigos de Mbanza Congo, actual província do Zaire, Angola, Com respeito e confiança depositada nos dignos Governantes do País, venho por este meio explicar a enorme carência em que vivem mergulhadas as populações dos municípios e comunas da província histórica de Mbanza Congo.

Apegando-nos ao adágio segundo o qual bebé que chora mama, desejamos por este meio pedir encarecidamente que o Governo central em parceria com o governo da província do Zaire criem condições para que sejam instaladas faculdades de Petróleo e de Direito na cidade histórica de Mbanza Congo, ou mesmo, no município do Soyo. Outrossim, também pensamos que seria imperioso que se construa uma barragem eléctrica nas quedas do rio Mbridgy, município do Cuima ideias que já foram anunciadas de algum tempo a esta parte. A materialização destas pretensões, naturalmente iriam dar mais desenvolvimento à província do Zaire, em particular, e à nossa querida mãe pátria em geral, na mesma vertente achamos que a implantação de indústrias na zona do País em causa, iria gerar mais postos de trabalho, algo que contribuiria para a melhoria de vida das populações da Província do Zaire. Por outro lado, há necessidade de construir estradas nas áreas de Lufunde e Lukunga, município de Cuimba e do Bembe, respectivamente, bem como nas aldeias de Vamba, Luaio e Kinsinga onde existem muitas estradas que precisam de ser asfaltadas. Portugal potência colonizadora, que esteve em Angola durante cinco séculos pensou em asfaltar as zonas acima

referidas, e também planificou a construção de uma jangada para facilitar a travessia do rio Lufundi localizado nas zonas de Nkusu Mpete, Lembua e Damba, província do Uíge localidades próximas da comuna de Lufundi, município do Cuimba, província do Zaire, já que nesta região do País vivem povos da mesma tribo, etnia e clã. Nesta zona os rios Lufundi, Ntutu, Lueka Vamba e Mbriz, bem como as montanhas muito altas e as lagoas que impossibilitam o contacto das populações, sobretudo no tempo chuvoso, nas aldeias de Mbanza Koma, Mbemba, Yanama, bem como a povoação de Sakamu da zona de Damba e Cuimba na província do Zaire, antiga Mbanza Congo.

De acordo com a resolução aprovada pelo conselho de Ministros no dia 28 de Setembro de 2005, estamos bastante esperançados que a situação da província do Zaire exposta por nós seja solucionada a breve trecho. Nós naturais e amigos do Zaire achamos que seria bom que o Governo provincial e central levassem a peito as situações relatadas por este grupo de patriotas que obviamente, modéstia a parte tencionam melhorar o País. Esperamos pacientemente pelas decisões do nosso Governo, na certeza de que o Governo central possa então executar uma das suas pretensões que é criar um instituto superior na província histórica do Zaire, ex. Mbanza Congo. Voltando a falta de estradas asfaltadas está situação impossibilita a boa ligação entre as províncias do Zaire e Uíge, olhando para o troço destas duas províncias, precisamente na estrada que liga Mbanza Congo a Maquela do Zombo e a comuna de Lukava, onde existem os rios de grande dimensão como é o caso do rio Mfulezi e Luango, e a serra do Luango e a aldeia do Mbongola na zona do Masseque, conseguimos constatar que estas terras precisam de vias em bom estado, para permitir uma circulação sem entraves de pessoas e bens.

Ainda bem que já vivemos em Paz, e no nosso modesto entender o governo da província do Zaire devia prestar mais atenção as comunas da serra da Canda, antigas terras da tribo Bacongo, zonas em que se vive inúmera penúria desde a falta de alimentação adequada, assistência médica e medicamentosa, água canalizada, luz eléctrica, além de escolas. Perante este quadro pedimos encarecidamente, que os nossos governantes prestem mais atenção as populações acima referidas, e que encontrem uma plataforma no sentido de apoiarem esta franja da população angolana. Então achamos que o feitura de estradas, a construção de pontes e escolas, bem como a assistência médica e medicamentosa devem ser prioridade na província do Zaire, além da abertura do mercado a empresas privadas e o fomento da actividade religiosa, para permitir o bem estar dos cidadãos em causa, nas mais diferentes vertentes.

Sem esquecer naturalmente o fornecimento de energia eléctrica, já que, na província do Zaire há bastante água e a partir dela se pode criar condições para que a energia eléctrica seja gerada. Por outro lado, apesar das mudanças das culturas em diversas zonas do mundo por causa da globalização, que diga-se de passagem enriquece cada vez mais os ricos e torna os pobres cada vez mais miseráveis, apelamos ao governo no sentido de defender os interesses tradicionais das populações das províncias do Zaire, para poder preservar este bem que é de todos nós a nossa rica e diversificada cultura. Outrossim, que se criem mecanismos para de restabelecer os mercados tradicionais nas zonas rurais de Mpangala, Maseke e Mpangala Zombo no município de Maquela do Zombo na província do Uige.

A mais mercados em outras zonas da província cafécicola, exactamente o mercado de Nkonzo Kimpemba, lugar que é um verdadeiro património da cultura do povo Bacongo em particular e de toda Angola em geral, visto que foram o sustento dos angolano autóctones durante a vigência do governo colonialista português. Naquele tempo antes da independência, houve promessas do governo português em asfaltar estradas e construir pontes que permitissem uma óptima circulação de pessoas e bens, nos mercados tradicionais referenciados, bem como na praça Kiatatu, que quer dizer em português quarta-feira criada em 1930, na ladeia de Kinsuka situada na regedaria Mfundu no município de Cuimba, em Mbanza Congo, actual província do Zaire. Sem querer ditar leis, em nome dos amigos e naturais do Zaire digo que os mercados são órgãos que contribuem para o desenvolvimento do País, além de permitir que a população tenha acesso a víveres, medicamentos, etc. Sobretudo em zonas de bastante penúria como é o caso das áreas rurais das províncias do Uige e Zaire. Estamos apenas a dar o nosso modesto contlibuto, para melhorar a vida das populações do Uige e Zaire. agora cabe ao governo tomar decisões que esperamos que estejam de acordo com as nossas petições, no entanto, reconhecemos que a tarefa de reconstruir um país herdeiro de uma guerra fratricida de trinta anos é um trabalho hercúleo.

Aconselhamos o governo a criar as condições solicitadas por nós. com o intuito de também facilitar o processo eleitoral, já que, pensamos que todos os angolanos com idade de votar devem participar neste exercício democrático que através do sufrágio universal vai eleger o Presidente da república, nas eleições presidências e detemlnar a composição dos assentos no parlamento da república, por intermédio das eleições legislativas ou partidárias. Aproveitamos o ensejo para endereçar o nosso abraço patriótico ao

Ministério da Administração do território que tudo tem feito, para que toda a população de Angola esteja controlada pelo estado, também uma palavra de apreço ao ministério da Justiça que com a criação do programa do registo gratuito para adultos está a promover as condições necessárias para que os angolanos possam decidir o seu futuro. A concluir esperamos muito humildemente, que a linguagem da nossa petição não tenha feito a sensibilidade dos membros do governo, entidades religiosas e tradicionais das províncias do Zaire e Uige e do País em Geral.

Com espírito organizativo e crenes na mudança das nossas vidas com base na confiança que depositamos no governo da República de Angola, em nome dos naturais e amigos da província do Zaire, atenciosamente subscrevo-me com patriotismo, respeito, consideração e estima.

3.5 Administradores adjuntos de Luanda serão técnicos superior

Jornal de Angola... 30-01-06

O governador da província de Luanda, Job Castelo Capapinha, garantiu que em Fevereiro serão nomeados administradores adjuntos para os municípios de Viana, Cacuaco, Samba e Kilamba Kiayi, no âmbito do programa de reordenamento urbano da capital do país.

Falando no primeiro encontro de responsáveis de associações juvenis, o governante referiu que estes administradores adjuntos serão técnicos superiores de Construção Civil, de modo a facilitarem a elaboração e implementação de políticas e técnicas tendentes a um melhor ordenamento da cidade. Tal política, segundo explicou, visa uma governação participativa e abrangerá ainda as com unas da Ilha de Luanda (Ingombota), Mussulo, Benfica (Samba) e Camama (Kilamba Kiayi), áreas com muitos problemas de ocupação de terrenos e construções anárquicas. Na sua intervenção, Job Capapinha instou aos cidadãos a participarem activamente na governação de Luanda, fiscalizando as obras adjudicadas a empreiteiros estatais e privados, através das comissões de moradores e assembleias de condomínios.

Participaram no encontro cerca de mil e 500 pessoas provenientes de associações juvenis dos nove municípios de Luanda, designadamente Ingombota, Samba, Sambizanga, Rangel, Cazenga, Kilamba Kiayi, Maianga, Cacuaco e Viana.

4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CIVICA

4.1 Americanos preocupados com processo eleitoral

Angolense... 14-01-06

As relações entre o governo angolano e a administração Bush navegam num mar de petróleo e deixam acreditar que se está diante de um "caso de amor".

Quase seríamos levados a acreditar que o Tio Sam se tinha deixado de inquietar com um dos seus velhos cavalos de batalha: a implantação da democracia no mundo e particularmente em Angola, depois de terminada a guerra-fria. Mas os sinais que nos chegam permitem ler que a administração Bush está "preocupada" e deseja ver avanços no processo democrático angolano, quatro anos depois do fim do conflito armado que terminou com a morte de Jonas Malheiro Savimbi. Logo no início do ano, nesta última segunda-feira, Jendayi Frazer, subsecretária de estado norte americano para os Assuntos Africanos, fez questão de receber Jardo Muekália, secretário adjunto para as relações exteriores da Unita, para analisar a evolução política angolana.

Muito pouco disse Jardo Muekália a imprensa no final do encontro. Mas do que foi dito pelo representante da Unita, ficou claro que a questão eleitoral foi abordada e o "andar da carruagem" terá deixado má impressão em Jendayi Frazer. "Não se explica que, em Janeiro de 2006, quatro anos depois do fim da guerra, que o país não tenha um horizonte temporal para a realização das próximas eleições, que os angolanos não saibam sequer quando é que sua excelência o Presidente da República se pronunciará oficialmente sobre acontecimentos tão importantes", disse Jardo aos jornalistas. Não deixando de colocar enfoque no clima de paz militar, no crescimento da actividade da sociedade civil e outros avanços significativos, foi deplorado o facto de a liberdade de imprensa e a circulação plural de ideias, pressuposto fundamental para a democracia tenha avançado tão pouco, exemplificando com o caso da Rádio Eclésia que, quatro anos depois, tem ainda a sua actividade restringida a Luanda, o que ficou dito por Jardo Muékalia talvez não seja mais que a reprodução das palavras e apreensões expressas a subsecretária de estado americana numa audiência que talvez permita dizer do continuado interesse americano no processo angolano e da sua não disposição em deixar tudo como

está.

Se assim for estamos diante de uma primeira iniciativa, tímida e pouco mediatizada, mas que deixa caminho aberto para pressões mais fortes sobre o Presidente angolano. Na sua mensagem de Ano Novo, Isaías Samakuva, o presidente da Unita, ironizou dizendo que tudo tinha uma data e um horário.

"Todos conhecem a data e a hora em que se vai realizar o concurso de misses, as chegadas e partidas dos aviões, a hora e a data em que se realizaram os diferentes jogos do Mundial na Alemanha, mas o que não tem nem dia nem hora até hoje, aquilo que os angolanos desconhecem é a data da realização das segundas eleições gerais, depois de um hiato de catorze anos. Sabendo-se que há uma certa deriva em todas as acções que a montante devem ser realizadas para que se chegue às eleições, enquanto o partido no poder exige celeridade e o governo esgrime obstáculos, fica impossível tomar café com a cafeteira no fogo.

O processo pode mesmo conhecer atrasos já que o primeiro mês de 2006 caminha para o fim e nada aconteceu ainda de significativo.

4.2 Eleições no Zaire serão difíceis

Folha 8...14-01-06

O sufrágio é um instrumento fundamental para a realização do princípio democrático. Daí a importância do direito de voto e a relevância do procedimento eleitoral justo.

Segundo os princípios materiais que norteiam o direito de sufrágio, as eleições devem ser universais, directas secretas e periódicas nos termos das disposições da Lei fundamental do País, nos seus arts. 3º nº 2, 57º e 79º.

Os dispostos supracitados subentendem que a universalidade do sufrágio é o alargamento do direito de voto a todos os cidadãos, a "imediatez" do sufrágio em que o voto tem de resultar "imediatamente" da vontade do eleitor. O cidadão dá directamente o seu voto. Liberdade de voto - garantia de um voto formado sem qualquer coacção exterior, pública ou privada, num sufrágio secreto pressupõe a personalização do voto e a proibição da "sinalização do voto"; igualdade de sufrágio para todos os votos, que têm a mesma eficácia jurídica legal, o mesmo valor de resultado; periodicidade do sufrágio. O sufrágio deve ser periódico, devendo haver renovação periódica dos cargos políticos.

Estas são as regras, porém, para que elas sejam uma realidade e que todos os direitos sejam assegurados, os cidadãos nacionais da província do Zaire questionam-se, como serão realizadas as eleições no Zaire? ...

E a partir deste pressuposto esta ideia que se vai desde já debruçar a minha dissertação. Esta questão surge na sequência de que as más vias de acesso e de comunicação a todas as localidades do território acima referenciado cria dúvidas de que o pleito que se avizinha possa vir a ter o seu respaldo normal para que o mesmo seja considerado livre e justo, sem portanto, se questionar a sua transparência. Com esta razão, o autor desta página sugere que a Comissão Nacional Eleitoral, suspenda as eleições previstas em 2006 se na verdade for desejado que elas sejam universais, e que elas sejam transferidas para 2010, por motivos já citados, possibilitando que deste modo a Província do Zaire venha a fazer parte das mesmas.

Desta feita se poderá afastar a hipótese de dúvidas quanto a justeza da eventual vitória seja qual for o vencedor destas eleições. Os partidos seriam com isto bem representados em Assembleias Eleitorais dando a possibilidade de preparação de todos os meios indispensáveis, já que todos os constrangimentos nessa altura (2010) teriam sido resolvidos. Nessa altura, também, a Província do Zaire terá as condições requeridas, vias de acesso e de comunicação adequadas. Assim, as eleições, poderão ser declaradas JUSTAS, porque serão competitivas, pois todos os Municípios, Comunas e Povoações onde está concentrada a maior parte da População, cada um com sua preferência partidária, votarão.

As picadas que hoje existem foram feitas pelos colonos para exportação do coconote, e hoje a província produz PETRÓLEO BRUTO (Crude), riqueza da Nação, tendo por isso também o direito de boas estradas conforme se vai fazendo noutras paragens (Províncias). Aproveito desde já esta oportunidade para corrigir a Sonangol Pesquisa e Produção dos anúncios que vai fazendo sobre as novas descobertas no Norte de Angola que passarei a citar " descoberta de mais um poço de petróleo à 350 Km de Luanda".

Não é Luanda nem é Bengo mas sim ZAIRE, porque geograficamente é na Província do Zaire, desde as águas continentais até à zona económica exclusiva (água profundas), é Soyo, Quinza e Nzeto. Apesar do petróleo ser extraído no Norte e os Investimentos serem feitos no Sul não é razão para que a sua origem seja confundida ou camuflada.

O meu apelo é: façam do Zaire, também, uma

província de Angola.

4.3 EUA predispõem-se a apoiar financeiramente eleições angolanas

Capital...14-01-06

O Governo americano está disposto a apoiar o processo de preparação e realização das próximas eleições em Angola, desde que o executivo angolano solicite a sua ajuda.

A Capital apurou de fonte segura que este apoio consistirá num montante financeiro, ainda por precisar, que será posto à disposição das Nações Unidas ou outra organização internacional qualquer a quem caberá a sua gestão. Neste momento, o Governo dos Estados Unidos da América tem financiado a actividade de organizações da sociedade civil que trabalham na área de educação cívica da população para a importância do pleito eleitoral. Fonte deste jornal cita a embaixadora americana como tendo afirmado que a realização das eleições em Angola não deve ser encarada como um favor que os angolanos fazem à comunidade internacional, mas um acto que precisam de realizar para normalizar as suas vidas. Entretanto, a embaixadora sublinhou a importância que a imprensa pode jogar para a lisura do processo eleitoral. Parafaseando o antigo presidente do seu país, Thomas Jefferson, a diplomata americana lembrou que entre um estado com boas leis e péssima imprensa e outro em que as leis sejam ruins mas a imprensa é boa, melhor é viver neste último país, porque a imprensa ajuda a melhorar as leis. Aconselhou, por isso, que haja em Angola mais rádios que possam transmitir em liberdade e com responsabilidade os seus serviços para todo o país.

Pelo índice de analfabetismo que Angola conhece, a aposta na rádio é sensata e considerou mesmo a proliferação deste órgão de informação como a tarefa mais importante do momento, aconselhando o governo a licenciar na base de um processo transparente mais rádios que possam transmitir para todo o país.

4.4 Concluído empossamento dos gabinetes municipais eleitorais

Jornal de Angola... 13-01-06

A Comissão Provincial Eleitoral de Malanje concluiu ontem o empossamento dos membros dos 14 gabinetes e comissões municipais para o registo eleitoral, na província, com a tomada de posse dos membros dos

municípios de Kambundi-Katembo e Luquembo.

Para o município de Kambundi-Katembo foram empossados oito membros, enquanto que o do Luquembo conta apenas com seis, representando três o MPLA, dois a UNITA e um o Partido de Renovação Social, a magistratura e o Ministério da Administração do Território e as respectivas comissões executivas. A cerimónia de empossamento decorreu em simultâneo, na cidade de Malanje, devido ao difícil acesso aos dois municípios. Na ocasião foi igualmente eleita, embora com algum atraso, a comissão executiva municipal para o registo eleitoral do município de Calandula, representada por três membros do Governo. A cerimónia foi presidida pelo presidente da Comissão Provincial Eleitoral, Joaquim Camuimba, que na ocasião exigiu dos membros empossados e de todos os cidadãos ligados ao processo eleitoral isenção, empenho e determinação no exercício das suas tarefas.

Por sua vez, o administrador municipal de Kambundi-Katembo, Serrote Gio, que presidiu a cerimónia de encerramento, disse que o momento é de responsabilidade, sobretudo para os membros dos gabinetes e das comissões executivas municipais.

O processo de empossamento dos membros dos gabinetes municipais eleitorais teve início a 12 de Dezembro de 2005. Enquanto isso, a direcção do hospital provincial de Malanje anunciou ontem que a instituição vai redobrar esforços no sentido de reduzir, a partir deste ano, a taxa percentual de mortalidade que a unidade tem vindo a registar nos últimos três anos.

A posição foi manifestada, à Angop, pelo director clínico do hospital, André Ribeiro, quando falava das estratégias da instituição para este ano, explicando que para tal haverá mudança das políticas de direcção e métodos de actuação dos técnicos, exigindo destes mais sacrifícios, bem como a aquisição de equipamentos mais sofisticados.

4.5 Extra-parlamentares desistem de manifestações de rua

Jornal de Angola... 09-01-06

Os partidos políticos sem representação parlamentar recuaram na sua decisão de realizar manifestações de rua, por verem quase resolvida a questão relacionada com o pagamento de um subsídio pré-eleitoral.

Fontes citadas pela Voz da América referiram que representantes de partidos políticos estiveram sexta-feira última reunidos com a comissão criada para dialogar com o Ministério das Finanças, tendo-lhes sido dadas garantias de que o subsídio será pago pelo

Governo. O secretário executivo dos POC, Manuel Fernandes, acredita que até à segunda quinzena deste mês o assunto poderá estar definitivamente resolvido.

"Neste preciso momento, os partidos políticos desmobilizaram todas as acções que visavam a realização de manifestações de rua, na medida em que o assunto está a ser visto. Pelas indicações que temos, provavelmente até à segunda quinzena de Janeiro haverá uma solução positiva do assunto", disse. O responsável dos POC acrescentou que tinham garantias de que "o Governo está a trabalhar nisso".

Fonte do Ministério das Finanças confirmou ao jornal de Angola a realização da reunião havida sexta-feira com representante de partidos extra-parlamentares, e indicou que as partes vão continuar a dialogar para que a questão do subsídio pré-eleitoral seja resolvida a contento. Uma resolução aprovada pela Assembleia Nacional e publicada em Diário da República, em Setembro último, recomendava ao Governo para fazer, até ao final do ano passado, um estudo para atribuição de um subsídio aos partidos políticos sem assento no Parlamento.

4.6 «Eleições só mesmo em 2007» diz O Independente

AngoNotícias...12-01-06

Parece estar definitivamente decidido que as eleições não terão lugar durante este ano, embora ainda não tenha sido oficialmente admitido, escreve o Independente na sua última edição. "O tempo demasiado apertado, ao que se juntam interesses do MPLA, não possibilitará a realização de eleições em 2006", afirmou uma fonte idónea ao semanário O Independente.

De acordo com o semanário, referindo fonte ligada ao partido no poder, apenas se está a jogar com o tempo, juntando evidências, para que se anuncie oficialmente o seu adiamento para o próximo ano. Além do tempo demasiado apertado, numa altura em que ainda não está sequer definido o começo do registo eleitoral, "também não convém ao MPLA que as eleições se realizem neste ano de 2006", sustentou a mesma fonte.

Embora a fonte não tenha entrado em pormenores, a sua versão coincide com a de alguns observadores políticos, que sustentam que é dada a conveniência do partido no poder a apresentação do maior número possível de obras, e respectivas inaugurações, em todo o país – algo que necessita de pelo menos todo o ano de

2006.

É assim que, visando a reabilitação da sua imagem, para benefícios eleitorais, o Governo comandado pelo MPLA vai dar este ano um enorme sopro à reconstrução das infra-estruturas destruídas, à reposição dos principais equipamentos sociais e à construção de habitações, como disse o Presidente da República no seu discurso de fim de ano. De salientar que, no seu discurso, o Presidente José Eduardo dos Santos mais uma vez evitou assegurar que as eleições se realizariam este ano. Dos Santos apenas disse que as eleições seriam convocadas “em tempo oportuno”, depois de concluído o registo eleitoral e ouvido o parecer da Comissão Nacional Eleitoral e do Conselho da República. O Presidente da República também afirmou que desejava que o registo eleitoral se realizasse “o mais depressa possível”, mas até ao momento (e já estamos no mês de Janeiro) ainda não se vislumbra o seu início. Ora, essa enorme tarefa vai consumir, no mínimo, seis meses (meio ano), pelo facto de se realizar em tempo chuvoso, conforme reconheceu o porta-voz da CNE, Adão de Almeida. Porém, ainda se desconhece em que mês iniciará esta árdua tarefa, tendo em conta que, segundo ainda Adão de Almeida, a aprovação final do programa de registo eleitoral carece de “um conjunto de informações”, entre as quais sobre o processo de desminagem de cerca de 2500 campos minados existentes no país. Um processo de desminagem cuja conclusão está programada (coincidentemente) para 2007.

Adão de Almeida foi muito preciso nas suas palavras quando disse taxativamente: “não havendo ainda elementos suficientes nesta altura para se definir a data das eleições, parece-nos prematuro que se calendarize e que se agende essa acção que é a actualização do registo eleitoral”. Por outro lado, o início do registo eleitoral deverá passar ainda pela fase de extensão dos planos de distribuição das brigadas de registo até ao nível municipal e de treinamento dos brigadistas. Todas essas (pretensas?) dificuldades e lentidão levam a crer que já está forjada a crença na inevitabilidade do adiamento das eleições para o ano de 2007

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 Igreja Evangélica investe USD 37mil em escolas

Jornal de Angola...17-01-06

A Igreja Evangélica Congregacional de Angola (IECA) investiu, em 2005, trinta e sete mil dólares americanos na reabilitação de três escolas do I, II e III níveis na Missão Evangélica do Dondi, a 74 quilómetros a leste da cidade capital do Huambo.

O responsável da referida missão, pastor Alfeu Campamba, informou que as escolas, a entrarem já em funcionamento no próximo ano lectivo, vão acolher 510 alunos, distribuídos em dois períodos (manhã e tarde). O dinheiro empregue na execução das obras foi disponibilizado por doadores da "IECA" na Holanda, Alemanha e Estados Unidos da América.

No âmbito do protocolo de cooperação existente entre a igreja e a Direcção Provincial da Educação no Huambo, serão enquadrados docentes na aludida missão.

5.2 Município do Kiwada-Nzaji precisa de 75 professores

Jornal de Angola... 17-01-06

Setenta e cinco professores do I e II níveis são necessários no município de Kiwada-Nzaji, situado a 95 quilómetros a Nordeste da cidade de Malanje, para se cobrir a lacuna neste sector.

O facto foi avançado ontem à Angop pelo administrador local, Domingos Quibalo, que acrescentou que a falta de professores na região tem obrigado os poucos docentes a leccionarem duas classes por dia. O administrador disse também que neste último enquadramento de professores, o município recebeu apenas dez, quantidade ainda insuficiente para o número de alunos que a área tem fora do sistema de ensino.

O ensino do primeiro e segundo níveis na circunscrição é assegurado por 32 professores. Domingos Quibalo revelou que no ano passado foram construídas no município dez escolas de carácter provisório. No mesmo período foram reabilitadas sete escolas pela ONG Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiental (ADRA) e pelo Conselho Dinamarquês para Refugiados (CDR). Para este ano, está prevista a reabilitação de quatro escolas do I e II níveis, sendo duas na sede, uma na comuna de Mufuma e outra no sector do Lutau, num projecto do Fundo das Nações Unidas para infância (Unicef) e da ONG CDR. Relativamente ao sector da Saúde, o administrador fez saber que todas as unidades sanitárias foram reabilitadas e apetrechadas no ano passado pela ONG Conselho Dinamarquês para Refugiados. Na região funcionam apenas dez enfermeiros. São precisos mais dez para fazer a cobertura

da circunscrição. A malária, doenças diarreicas agudas, tosse e a sarna são as patologias mais frequentes no município.

O município de Kiwaba-Nzaji conta com uma população estimada em nove mil e trezentos habitantes, maioritariamente camponesa.

5.3 Estudantes bolseiros acusam Governo de Cabinda de não cumprir promessas

Ibinda... 03-01-06

Cabinda - Estudantes bolseiros de Cabinda em Évora, Lisboa e Açores acusam uma Comissão do Governo Provincial de não ter cumprido as promessas efectuadas em Portugal, numa altura em que a situação continua a deteriorar-se.

Nove meses depois da deslocação a Évora, Lisboa e Açores de uma Comissão do Governo Provincial de Cabinda a Portugal, constituída pelo vice-governador provincial para Área Social, João Mesquita, director provincial da Educação, Chissina Mabiala, director do Gabinete do Plano, Bonifácio Espírito Santo, e um responsável pela Área Jurídica do Governo Provincial de Cabinda, não foram cumpridas as promessas feitas aos estudantes de Cabinda nestas cidades, relativamente ao pagamento das bolsas em atraso. Deteriorando a situação já delicada que se arrasta desde há dois anos e meio para alguns, «leva a acreditar que o Governo da Província não irá cumprir como sempre o prometido», avançou fonte ao *ibinda.com*. De acordo com a mesma fonte, «o vice-governador para a Área Social e o director do Plano do Governo Provincial de Cabinda prometeram que o pagamento em atraso seria pago logo que chegassem à Cabinda», o que demonstra que «nem tudo que se diz por parte de alguns dirigentes do território se escreve», acrescentou. Até hoje, revelou ainda, «o Governo Provincial de Cabinda não se dignou comunicar aos estudantes as razões que estão na base deste atraso. O que constatamos é que hoje em dia a credibilidade que o Governo Provincial gozava por parte dos estudantes já não é a mesma por tudo o que têm vindo a passar». Um estudante ouvido pelo *Ibinda.com* considerou que este procedimento é «a tática do deixa andar e do `empurra-empurra´, faz parte da governação da província, ou seja, quando querem acalmar os estudantes, enviam o director da Educação à Rádio para dar uma boa imagem e dizer aos estudantes que a situação está a ser resolvida, quando não é ele que gere as finanças da província nem decide quando vão ou se deve pagar». Este estudante considera que deveria ser quem gere as Finanças da província a «dar o ponto da situação».

«Espero que eles tenham Festas Felizes e um Ano Novo Próspero» concluiu o aluno, «e que tenham consciência do mal que têm vindo a causar aos estudantes e da credibilidade que têm vindo a perder por parte das Universidades portuguesas e dos outros organismos que acompanham de perto o calvário dos estudantes bolseiros de Cabinda sob expensas do Governo Provincial de Cabinda.

5.4 Mais de 200 crianças desamparadas voltam ao seio familiar

Jornal de Angola... 27-01-06

DUZENTAS crianças desamparadas, recolhidas de diversos pontos da Huíla, regressaram às respectivas famílias com o apoio do projecto de Localização - Reunificação Familiar levado a cabo, de Março a Dezembro do ano passado, pelo Minars e ONG.

Com o propósito de garantir formação técnico-profissional, a maioria dos garotos foram inseridas no processo de ensino e aprendizagem, onde a direcção da Educação na Huíla e o UNICEF disponibilizaram material didáctico.

A directora da Assistência e Reinserção Social na Huíla, Vitória da Conceição considerou positiva a execução do projecto, na medida em que permitiu reduzir ou eliminar, em algumas localidades, o número de crianças que deambulavam nas ruas e centros de acolhimento infantis.

Uma das preocupações do sector - avançou - tem a ver com o facto de um número considerável de crianças ter 14 a 17 anos. Com estas idades eles desinteressam-se pelas aulas de ensino geral. Vitória da Conceição que é psicóloga de profissão explicou que "estes adolescentes estão mais preocupados em aprender a mecânica, serralharia, carpintaria, pedreira, entre outros, por ansiarem independência económica para organizar as próprias vidas.

A psicóloga acredita que a satisfação da ansiedade dos adolescentes passa pela criação de mais centros de formação profissional, não só no Lubango, mas também nos municípios com fluxo populacional considerável. O Minars e parceiros enquadraram no ano transacto dezenas de jovens adolescentes em diversos centros de formação profissional para aprenderem a arte da serralharia, pedreira, carpintaria e electricidade. Após a formação, os formandos receberam kits para constituição de pequenas empresas.

Segundo ela, o projecto de Localização-Reunificação

Familiar vai continuar até a recolha e reintegração domiciliar de todas as crianças. "Hoje o número de crianças de rua e na rua reduziu de 1.500 (contabilizados em 1995) para 203 até finais de 2005", disse.

5.5 Luanda precisa 300 novas salas de aulas

Cruzeiro do Sul... 28-01-06

Seis mil vagas para 35 mil alunos do ensino geral. Para que esta procura seja satisfeita, André Soma, delegado Provincial de Educação de Luanda, disse ser necessário construir mais trezentas novas salas de aulas.

Em qualquer escola de base do ensino geral, nos institutos médios, a partir das primeiras horas do dia, o cenário é de bastante agitação, por causa da procura de vagas. O CS deslocou-se às escolas 619 e 620, Hllgo Angola e Cuba, no Golfe, para constatar "in loco", como estão a ser feitas as confirmações e matrículas de alunos. Margarida dos Santos, aluna desta escola do III nível, disse à nossa reportagem que não conseguiu confirmar as matrículas de Tido às enchentes. "Está muito cheio de gente, não consegui ainda confirmar e espero fazê-lo no dia seguinte", disse. Tentamos ouvir um dos membros de direcção da referida escola sobre o número de vagas que a escola dispõe, mas ninguém se dispôs a falar-nos.

Entretanto, apurámos que, para presente ano, a escola recebeu alunos novos das escolas 614 e 615, o que irá criar dificuldades aos inúmeros de alunos que pretendem se matricular pela primeira vez no ensino médio. Situação similar vive a escola 619 do Golfe (Angola Cuba pequena), para onde muitos encarregados de educação afluem no intuito de conseguir uma vaga para os seus filhos.

Francisco Manuel, encarregado de educação, disse que está a ser difícil obter vaga pela primeira vez. "Estão a pedir-me 50 dólares para cada criança, tenho mais de 4 filhos em idade escolar, como é que vou fazer? Não poderei matricular todos os meus filhos", lamentou. Já no colégio JAZ, muitos dos alunos contactados pela nossa reportagem disseram que as propinas mensais estão muito altas. A direcção provincial da Educação, por seu lado, adiantou que tudo está a ser feito para que as escolas absorvam o maior número de alunos possível. "Orientamos os nossos colegas, delegados municipais e directores de escolas que recebam alunos novos em todas as classes de ensino de base e médio, de acordo com as vagas existentes em cada instituição de ensino", disse o delegado provincial de Educação, André Soma.

Trinta e seis institutos vão funcionar neste ano lectivo, sendo seis mil o número de vagas disponíveis para uma procura de 35 mil alunos. Para evitar os transtornos dos anos anteriores, o Ministério da Educação criou uma comissão que se vai encarregar de seleccionar os candidatos.

Segundo André Soma, os interessados devem fazer as inscrições nas escolas onde pretendam estudar, onde se fará a selecção. Cada escola vai ter a obrigação de afixar o número de lugares disponíveis.

Numa reunião com os seus colaboradores e depois de uma conferência de imprensa, André Soma disse ainda que a experiência da reforma educativa adquirida em dois anos vai permitir generalizar o sistema para outras escolas, onde o método será o mesmo, ou seja, 35 alunos para cada turma (de 1ª à 10ª classe), atendimento personalizado, aulas práticas, dentre outros benefícios.

5.6 Huambo terá mais oito escolas e quatro postos de saúde

Jornal de Angola... 28-06-01

Oito escolas, quatro postos de saúde, duas lavandarias, seis chafarizes, quatro mangas de vacinação, duas pontes e dois parques infantis vão ser construídos, ainda este ano, nos municípios do Huambo, Caála, Tchicala- Tcholohanga, Kachiungo e Londuimbali, com financiamento do Fundo de Apoio Social (FAS).

O facto foi anunciado ontem, à Angop, na cidade do Huambo, pelo director provincial do FAS, Silva Siquilili, ressaltando que as obras iniciam em Fevereiro próximo e serão executadas por empresas de construção civil locais. Os projectos estão orçados em um milhão 279 mil e 96 dólares americanos. Silva Siquilili afirmou estarem ainda em execução outros 24 projectos iniciados em 2005, dos quais sete escolas (21 salas), sete postos de saúde, igual número de pontes, uma residência para enfermeiros e outra para professores, com um orçamento global de um milhão 587 mil e 431 dólares.

No quadro da componente de desenvolvimento municipal, o director provincial do FAS anunciou, por outro lado, que em parceria com a ONG angolana Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), a sua instituição está a levar a cabo uma actividade de elaboração de um perfil do município da Caála, a 23 quilómetros a Oeste da cidade do Huambo. O perfil do município da Caála vai permitir elaborar uma carteira de projectos que terá financiamento do FAS e de outras

instituições que intervêm na localidade. O FAS escolheu o município da Caála para a experiência piloto do projecto de desenvolvimento municipal que é a "componente 2" do seu programa de trabalho. Desde 2003, o FAS Huambo terminou 74 projectos sociais, totalizando 11 escolas com cinco postos de saúde, 28 lavandarias, seis chafarizes, nove mangas de vacinação, oito pontes, dois parques infantis, igual número de centros de artes e ofícios, um mercado, assim como desenvolveu dois projectos de repovoamento florestal. Os projectos concluídos custaram ao FAS dois milhões 740 mil e 347 dólares americanos. A construção de 31 salas de aula possibilitou o ingresso ao sistema de ensino de mais de três mil crianças.

Ana Mbaco, da comuna da Calima (Huambo), enfatizou que a construção de lavandarias na sua localidade reduziu as distâncias (05 a 07 quilómetros) que as mulheres antigamente percorriam para encontrar um rio para lavar a roupa.

6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 Estórias de terrenos e demolições

Agora...21-01-06

Após Job Capapinha ter sido convocado pela Assembleia Nacional para de viva voz prestar esclarecimentos sobre as incomensuráveis queixas que chegam ao Parlamento relacionadas com a concessão de terrenos e demolição de casas, nos corredores do governo provincial de Luanda (GPL) e serviços dependentes vive-se um ambiente da maior especulação e expectativa.

Segundo apurámos de fonte segura, após ter sido "esprimido" na semana passada, pelos deputados da primeira e nona comissões, Job Capapinha terá já na sua posse os despachos para fazer rolar algumas cabeças, entre os quais avultará a de Victor Femandes. O director dos Serviços de Fiscalização, regressado nesta terça-feira da Áfuca do Sul, encontrou o pessoal do órgão que dirige "praticamente sem trabalhar à espera que ele seja exonerado", como nos foi revelado. Por outro lado, algumas das mais recentes nomeações de Capapinha estão a ser alvo de contestação, como é o caso do novo administrador municipal do Cazenga. "O Nando Galinha foi segundo Secretário do MPLA em Luanda onde foi um mau gestor, não fez bom serviço

no GPL e agora, para grande surpresa, aparece como administrador do Cazenga".

No Cazenga foi-nos descrito o facto de, no complexo escolar do terceiro nível, se estar a cobrar ilegalmente 100 dólares para uma matrícula da 7ª classe. "Até nas duas salas para a iniciação também se cobram 100 dólares", garantiu a mesma fonte, ironizando que o "Santiago (o director do complexo) vai ficar rico". De acordo com o que nos revelou, as duas salas da classe de iniciação estão sob tutela do director provincial de Educação, André Soma.

Mas são, contudo, as sérias "makas" de concessão ou vendas de terrenos que agitam a actual gestão de Capapinha. "Exceptuando o Benfica I e II, o GPL nunca mais distribuiu terrenos", garantiu-nos uma segunda fonte, para quem "Capapinha centraliza tudo. Nem o Júlio (administrador de Viana) nem o Lima (administrador de Cacucaco) disatribuem mais terras". Neste município, bem como nos da Samba e Kilamba Kixi, "só que se passam títulos de concessões a grandes empresas ou à pessoas influentes", acusou a mesma fonte. A ideia que fica do contacto com os nossos interlocutores é a de "que não existe uma política de venda e distribuição de terrenos. O GPL tem uma saia de arquivo que devia estar actualizada e a lei dá 90 dias para se responder ao requerente, mas este nunca obtém resposta".

Capapinha não terá entrado com pé direito no imponente e histórico edifício do GPL. Tanto será assim que, no plano político, é um governador fragilizado, prisioneiro de contenciosos que remontam a um inquérito de que foi alvo, anos atrás, como administrador do Kilamba Kixi. Durante o seu consulado, como nos foi assegurado, ele ter-se-á apoderado - vendeu a ele próprio, foi a expressão da fonte - de um importante terreno na zona das bolinhas, nome dado em alusão ao formato das creches infantis ali construídas, no bairro do Golfe. Seria um extenso terreno com uma enorme dimensão de 5X5, ou seja, com cinco quilómetros de comprimento e o mesmo de largura. "Isso obrigou que fossem partidas 70 casas de populares", acusa a segunda fonte, que já trabalhou vários anos na fiscalização de demolição de casas. À sua conta, Victor Femandes é também acusado de alugar viaturas de remoção a um indivíduo que apenas nos foi identificado por Marquinho, seu suposto genro ou que manteria uma relação amorosa com uma filha do director dos Serviços de Fiscalização que tem dupla subordinação ao Ministério do Interior e ao governo de Luanda. As suspeitas de mútuo favorecimento derivarão do facto de Marquinho, além de possuir uma oficina de viaturas na wna de São Paulo, alugar meios

utilizados na demolição de casas. "As últimas demolições no Palanca foram feitas sem mandado e os proprietários não foram sequer notificados", disse a nossa primeira fonte. Capapinha atravessa, isso é público e notório, um mau momento da sua governação. Mas tendo sido a sua nomeação da única e exclusiva responsabilidade do Presidente da República, este certamente não ignorará a velha máxima de que à mulher de César não basta ser séria, é preciso também parecê-lo.

6.2 Detido burladores de casas

Folha 8... 14-01-06

Quatro antigos funcionários do Programa de Emergência Habitacional da Província de Luanda encontram-se detidos há mais de quinze dias por, alegadamente terem vendido ilegalmente residências do projecto Sapú, no Município do Kilamba Xiaxe, segundo algumas pessoas que ambicionavam efectuar as referidas compras.

O número de residências que terão sido efectivamente vendidas, não apurámos, bem como o de pessoas que ficaram por receber a casa apesar de terem efectuado o pagamento, mas fala-se num número bastante elevado, sendo por aí que as coisas tomaram o rumo errado. "É muita gente, penso que somos mais de cinquenta pessoas. Eles já estavam a nos fugir, então, decidimos informar a administração e agora as coisas tomaram este rumo, eles estão presos e nós não sabemos como fica o nosso dinheiro", explica Paulo Sérgio que pagou 2500 dólares a alguém que ele só consegue identificar por senhor Domingos. As pessoas pagaram entre dois a cinco mil dólares e recebiam como garantia um documento de posse relativo ao Programa e a promessa de terem a residência alguns dias depois, tendo a possibilidade de escolher o modelo do interior aquelas pessoas que pagam entre quatro a cinco mil. Estas pessoas, segundo nos foi informado pagavam um espaço que correspondia à construção de duas residências, bem como as obras das duas, mas ficavam apenas com uma, estando a outra na condição do pagamento da mão-de-obra, para depois ser vendida.

Se a casa tivesse o modelo do programa era vendida até 2500 dólares, mas se fosse um modelo escolhido o preço chegava até quatro mil dólares. Numa verdadeira demonstração da falta de uma política habitacional no País e da existência de muita gente à espera da oportunidade para adquirir uma casa o negócio passou a ser a oportunidade de muitos e os vendedores muito contactos. Recusar o dinheiro "pesa" aos homens que preferem arriscar cada vez mais, entretanto, tudo resulta na descoberta por parte dos membros do

Programa de Emergência Habitacional que de imediato entregam o caso a Direcção Provincial de Investigação Criminal, DPIC de onde não conseguimos obter mais informações, além da confirmação que "o processo está a caminhar".

O Director executivo do Programa de Emergência Habitacional, Atanzio Rodrigues esclareceu, por outro lado, que há dois anos que os indivíduos detidos já não pertencem ao Programa de onde foram expulsos por outras irregularidades. "Ainda que pertencessem o procedimento seria o mesmo porque aquelas casas não estão à venda, são para as pessoas que vivem em zonas de risco. E assim na Sapú como no Zango", explicou, lembrando que tão logo se apercebeu da situação entregou o caso às autoridades policiais por isso tem poucos dados. Atanzio Rodrigues adiantou por outro lado que o programa está isento de qualquer compromisso com as pessoas que perderam o dinheiro, defendendo que "assim como tentaram vender as casas ilegalmente estas pessoas tentaram adquirir pela mesma via". Continuando, desencoraja as pessoas a tentarem adquirir casas dos projectos Sapú e Zango pelas mesmas vias e até mesmo negociar o trespasse com determinados beneficiários, visto que "podem ter problemas no futuro", avisa, para de seguida explicar que "ao construir-se uma casa dessas já há unia família à espera". Entretanto, as pessoas que pagaram defendem que irão continuar a lutar até conseguir uma casa ou no mínimo terem o dinheiro de volta, visto que "essa situação só aconteceu porque eles não estão organizados por isso não podem dizer que não têm culpas", defende Paulo Sérgio. Apurámos que estas pessoas tencionam organizar-se para negociar com a direcção do programa. O projecto da Sapú que tem como particularidade o facto de ter como referências das ruas nomes de frutas e conta já com famílias desalojadas da zona da cidade alta.

A cada dia que passa novas familiares aparecem no bairro muito por culpa do negócio de aluguer de casas que se instalou na zona. Muitos desses inquilinos fazem parte do grupo de pessoas enganadas pelos indivíduos que se encontram detidos.

6.3 Capapinha declara "guerra" sem tréguas

Folha 8 ...14-01-06

O Governador da província de Luanda, Job Capinha, declarou uma guerra sem tréguas contra os municípios que apostam na construção anárquicas e na ocupação ilegal de terrenos.

Segundo alguns analistas, a batalha manifestada pelo

governador é uma mera intenção, visto que alguns elementos ligados à fiscalização vão estorvar o programa. "O crescimento anárquico da cidade tem a ver com o excesso de burocracia que assola alguns departamentos do governo provincial ligados à concessão de terrenos, que engavetam por muitos tempo pedidos de terrenos feitos por cidadãos", disse uma fonte afectada ao governo provincial de Luanda. O próprio governador Job Capinha reconheceu existir morosidade na autorização de pedidos que os cidadãos fazem para terem acesso a um terreno.

"Fazemos mea culpa. Mas doravante vamos corrigir a situação", acrescentou Capinha aos jornalistas durante uma conferência de imprensa que convocou no passado dia 09.01.06 na sede do governo provincial para o balanço das actividades do seu elenco referente ao ano passado. O que se passa nos últimos tempos em Luanda, segundo governador, é "uma tendência para afrontar o poder e não propriamente uma necessidade de habitação".

Para pôr cobro a esta anarquia, Capinha anunciou estar já em curso um inquérito no sentido de identificar as pessoas envolvidas no negócio de venda ilegal de terreno a fim de serem sancionados. O inquérito instaurado há já duas semanas, e que deverá durar 30 dias, vai incidir em todos os municípios sobre os serviços do governo provincial, visando apurar eventuais envoltimentos de funcionários que também vão prejudicando, à margem da lei, o bolso do cidadão. Os municípios mais afectados, nesta problemática, são os de Kilamba Kiaxi, Samba, Viana e Cacucaco. Face à situação, a 9ª Comissão de Direitos Humanos, Petições e Reclamações e Sugestões dos Cidadãos da Assembleia Nacional, convocou esta semana o governador de Luanda, Job Capinha, para explicar aos deputados as reclamações que recebem dos cidadãos relativamente a demolições de casas.

No final do encontro a Assembleia Nacional pediu ao Governo da província de Luanda uma maior divulgação dos procedimentos legais para a obtenção de terrenos destinados à habitação, por forma a se evitarem permanentes conflitos com os cidadãos. "Aconselhamo-nos mutuamente para a necessidade de haver uma maior divulgação dos procedimentos, para a obtenção desses terrenos, por via da rádio, do jornal e da Televisão, para que toda a população proceda em conformidade", recomendou a 9ª Comissão. Nas suas declarações perante os deputados da 9ª Comissão, o governador Capinha reiterou que vai fazer prevalecer a lei para impedir o fenómeno das construções anárquicas que proliferam por um pouco em toda a capital do país. "O que nós dissemos aqui aos depu-

tados é que em momento algum o GPL vai pôr-se à margem das suas responsabilidades", referiu, acrescentando que o seu executivo vai continuar a penalizar os cidadãos que teimem em agir à margem da lei.

Capinha reconheceu que os serviços administrativos do GPL, desde a comuna ao município, não estão ainda afinados. O deputado Alexandre Sebastião André Secretario da 9ª Comissão da Assembleia Nacional revelou que têm recebido várias reclamações e sugestões das quais, nos últimos tempos tomou-se mais relevante a problemática das demolições e do desalojamento das populações.

"A Assembleia Nacional achou por bem convocar o governador para esclarecer o fundo da questão. A Assembleia Nacional quer contribuir na resolução de problemas ligados à ocupação ilegal de terrenos", disse Alexandre André Sebastião no termo do encontro. Para o deputado, "a necessária reciprocidade de informações entre a governação e os cidadãos, implica maior compreensão. Não havendo este diálogo ou informações criam-se estas situações desagradáveis".

Na conferência de imprensa que convocou para balancear as actividades do ano transacto, Job Capinha, acusou algumas associações de defesa dos direitos humanos de estarem a agitar a população. Reagindo às declarações do governador de Luanda sobre o papel das associações dos direitos humanos na questão das demolições, o presidente da SOS Habitat, Luís Araújo, referiu que as autoridades de Luanda defendem os seus interesses e não os de ordenamento urbano. O COHRE - Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos, uma organização não governamental de direitos humanos baseada em Genebra, Suíça, já tinha enviado, no dia 12 de Dezembro do ano passado, uma carta ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, protestando contra os despejos forçados de famílias que viviam nos bairros Banga We, bairro 28 de Agosto e Cambamba 2 e 1, onde ao lado está erguido um portentoso bairro residencial para gente da elite. A carta desta organização revelava que O COHRE recebeu relatórios preocupantes informando que a polícia acompanhada por representantes do Projecto Nova Vida, realizaram demolições das moradias, sem a apresentação prévia de notificação dentro do devido prazo razoável. O documento reportou que desde 2001 já foram demolidas 5.000 moradias nos quatro bairros acima mencionados. O COHRE tinha solicitado ao Governo de Angola que se assegure, de forma imediata, que as famílias afectadas possam retomar ao local de que foram despejadas, ou então, que um local adequado para reassentamento seja disponibilizado num processo genuinamente participativo com as comunidades

afectadas. No balanço que fez referente ao ano transacto, Capinha disse ter havido progressos em alguns domínios, mas acrescentou que muitas acções tiveram que transitar para este ano. "O Governo central disponibilizou para o Biénio 2005/2006, 11.851.440.600.08 de Kwanzas. Vamos continuar a trabalhar para concretizarmos os objectivos preconizados", disse. Relativamente à circulação rodoviária, Capinha admitiu que tem causado muitos constrangimentos aos cidadãos, especialmente para automobilistas devido aos engarrafamentos.

"Os automobilistas encaram dificuldades para estacionamento, brevemente vamos organizar um seminário para repensarmos a circulação rodoviária da cidade", prometeu. Quanto ao novo modelo de recolha do lixo que deverá nos próximos tempos se estender aos outros municípios, referiu que espera a colaboração dos municípios para que o trabalho tenha sucesso, tal como na baixa de Luanda onde já se registam melhorias substanciais.

6.4 Demolições em Luanda vão continuar

Independente...14-01-06

Movidos pelo elevado número de reclamações dos cidadãos a si dirigidas relativas a demolições de imóveis levadas a cabo pelo Governo Provincial de Luanda.

Deputados das 1ª e 9ª comissões, dirigidos pelo presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida, convocaram esta semana, Job Capapinha, para de si ouvirem explicações sobre o assunto. Para além das demolições, os deputados quiseram obter informações sobre o envolvimento de alguns funcionários do Governo Provincial de Luanda, na concessão de terrenos e ao excesso de burocracia da máquina administrativa da província, pelo que Job Capapinha, reconheceu haver aquilo a que chamou de "funcionários menos bons no Governo Provincial", para adiantar que "foi criada, a cerca de duas semanas, uma comissão de inquérito para no prazo de trinta dias apurar eventuais implicações. Os deputados ficaram a saber que o inquérito em causa vai incidir em todos os municípios, sobre os serviços do Governo Provincial, visando apurar possíveis envolvimento de funcionários, que" a margem da lei, prejudica o bolso do cidadão. Se provar-se o envolvimento desses cidadãos, o Governo Provincial será implacável na sanção aos prevaricadores. "Adiantou, reconhecendo que existem ainda algumas irregularidades nos serviços administrativos do Governo Provincial. Reconheceu que existem algumas debilidades nos serviços administrativos do Governo Provincial de Luanda,

desde a comuna ao município, prometendo que o seu executivo tudo fará para afinar os mecanismos administrativos do governo para que o cidadão consiga ter resposta em tempo oportuno. Job Capapinha informou aos parlamentares que as demolições de residências construídas anarquicamente irão prosseguir, como forma de fazer vincar as responsabilidades de gestão da província que incumbem ao Governo, segundo os marcos da lei. De acordo com Job Capapinha, os deputados ficaram a saber que "o Governo Provincial de Luanda nunca se colocará a margem das suas responsabilidades e vai continuar a penalizar os cidadãos que teimarem em agir a margem da lei"

Em consequência das explicações de Job Capapinha, os deputados solicitaram ao Governo Provincial de Luanda, maior divulgação dos procedimentos legais para a obtenção de terrenos destinados a construção de residências, de forma a evitarem-se o que considerou "permanentes conflitos com os cidadãos".

A deputada Anália de Victória Pereira, é de opinião que o Governo Provincial de Luanda, deve desenvolver acções de sensibilização para que as pessoas conheçam os seus direitos e deveres, bem como clarificar melhor as suas responsabilidades. Para a deputada que representa no Parlamento, o Partido Liberal Democrático (PLD), "muitos desses cidadãos ocupam os terrenos há muitos anos. sem que sejam beneficiários de um projecto habitacional."

Os municípios mais afectados pela ocupação anárquica de terrenos e demolições de residências, são os de Viana, Samba, Kilamba Kiaxi e Cacuaço.

6.5 Projecto Panguila, uma mão cheia de desilusões (I)

Independente... 14-01-05

Parece estar definitivamente decidido que as eleições não terão lugar durante este ano, embora ainda não tenha sido oficialmente admitido falta de residências é um programa consensual, para cobrir essa dificuldade fez com que durante décadas a sociedade angolana sofresse face aos inúmeros problemas sociais daí advindos.

Numa residência encontramos entre duas a três famílias sem contar com os pais, porque, já grandes os filhos de um dado casal, casam-se e mesmo assim não conseguindo a tempo obter uma tecto, lá ficam. Os problemas daí advindos são desastrosos tanto para a convivência harmoniosa como para a educação dos petizes.

Tentando fugir a esses males, muitos chefes de famílias desejosos de possuir um lar, pese embora o elevado custo dos materiais de construção (tanto os nacionais como os importados), foram construindo nas diversas zonas das cidades capitais de províncias, muitas vezes em locais impróprios (devido a morosidade e a burocracia na obtenção legal dos terrenos, acrescidas as dificuldades na obtenção das autorizações para construir), tais como barrocas, valas de escoamentos de resíduos, por cima de esgotos, etc.

Essa precária situação fez com que, nos últimos anos, o governo guindasse um programa de construção de residências económicas, no sentido de minimizar esse problema já que as inúmeras empresas de construção que apareceram, para além de pecarem por excesso nos valores que pedem (muito a quem das possibilidades a que os 60 USD de salário base permitem, portanto pessoas de baixa renda), mas também pela qualidade duvidosa de muitas delas, para além de os bancos (por vários motivos justificáveis) não terem condições de efectuar empréstimos.

A decisão do Estado foi a todos os níveis louvável. Depois de algum tempo surgiram diversos projectos como o Zango e o Panguila, aliás várias famílias que viviam em zonas tidas como perigosas, foram transladados para os mesmos. No entanto o projecto Panguila, ao invés de constituir num desafio para as famílias que deixaram as suas casas nas zonas de risco (muitas delas melhores e maiores que as que receberam) transformou-se num autêntico martírio para a maioria, e o que se pretendia que fosse um paraíso passou a ser um inferno, (tanto pela falta de dignidade que casas oferecem, porque até aos pobres não precisam que se lhe jogue na cara a todo o momento que o são, aliás para aquela zona não foram transladados simplesmente os que viviam nas barrocas do Miramar e nas valas da Calemba). Isso fez com que muitos vendessem as casas, outros as encerrassem preferindo procurar outro sítio, ou então fazerem-nas de casa de campo. Os motivos são vários de entre os quais passo a enumerar os mais contundentes:

1- As casas são gémeas e de tão má qualidade que dificilmente se encontra uma que não tenha rachaduras em quase todas as paredes, verificando-se os blocos de cimento nas paredes a desfazerem-se em areia. Em algumas delas as rachaduras são tão grandes e profundas que se pode divisar o que está por dentro. As fossas septicas são tão pequenas que têm de ser desentupidas praticamente de 2 em 2 meses, para além de se ouvir tudo o que se fala da casa ao lado, por mais baixinho que se fale. O problema não está nos chineses

(que construíram) porque estes já provaram que podem construir obras de qualidades e a baixo custo (é só ver o Estádio de futebol do Interclub), mas sim de quem programou, vistoriou e permitiu que se construísse aquele tipo de casas para os seus concidadãos, ainda que sejam pobres ou de baixa renda, (é uma verdadeira ofensa e humilhação a moral dos angolanos). Estou certo que o governo disponibilizou as verbas, mas ... ? o que se vê. Será que estiveram arquitectos e engenheiros a acompanhar essas obras? Duvido muito, porque se sim fosse, então a ordem dos arquitectos e engenheiros deveriam retirar-lhes os títulos.

2- O bairro foi construído em terreno argiloso, portanto 100% escorregadio na época das chuvas, o que faz com que se torne intransitável quando chove. Isso faz com que na época das chuvas as pessoas tenham que descalçar os sapatos e encetar uma longa caminhada nessas condições, constituindo obviamente, um verdadeiro martírio para se chegar a casa. De carro é impossível, correndo-se o risco de ficar entalado na lama ou causar um acidente. Algumas ruas, (pouquíssimas) haviam recebido, no início do projecto, um finíssimo tapete de terra vermelha, mas com o andar do tempo deixou de fazer-se sentir, encontrando-se quase todas elas ameaçadas pelo ravinamento que já se faz sentir.

3 - As casas não têm água potável corrente, 24 sob 24 horas. De princípio quando o bairro arrancou, as pessoas viam a água a jorrar (grátis) nas torneiras duas vezes por dia (de manhã e a noite) num período de 1 hora cada, fazendo com que se tenha que reservar a água em reservatórios (bidões, bacias, banheiras, etc). A cerca de um ano o abastecimento passou a ser simplesmente 1 vez por dia (algures entre as 19h e as 20h30 minutos), e com um jorro fraquíssimo, porque o bairro vai crescendo cada vez mais. Se atrasar-se ao chegar a casa fica-se sem reservar água. Muitas vezes, passa-se entre 3 a 4 dias sem esse precioso líquido. Segundo consta, o governo paga a alguém (que não é a Epal) cerca de 10 mil dólares por mês pela água que se consome no bairro. Isso constitui um paradoxo já que a EPAL trata a água em Kifangondo (nas instalações de tratamento, junto ao rio) que é enviada a Luanda, a menos de 2 km (dois quilómetros) de distância. Porque não estabelecer um contrato com a EPAL para que se construa uma conduta para o bairro e as zonas adjacentes (o condomínio dos brasileiros e o do Ministério das Pescas) e essas famílias passem a pagar a água que consomem?

3- A corrente eléctrica não é permanente, é grátis e por sistema de geradores que funcionam (deviam) das 17h30minutos de cada dia até as 5h45 minutos do dia seguinte e aos domingos, a partir das 12 horas até pouco depois da meia-noite. Esses geradores avariam constantemente, chegando-se a rer quarreirões sem

corrente durante 3 a 4 meses. Nos últimos tempos o abastecimento tem sido em dias alternados, quer dizer que um dia das 17h30m as 5h45m tem-se corrente eléctrica, (portanto em dias alternados), e ao domingo é até as 19h30 minutos. Segundo consta o governo também paga a alguém uma quantia choruda, mensal, pelos geradores e o combustível. Os moradores perguntam onde vai o combustível diário (uma quantidade previamente estabelecida) quando os geradores não trabalham consequência das avarias? Porque não se monta um ou vários PTs da EDEL (com contadores), de maneiras que as pessoas tenham corrente eléctrica permanentemente e paguem as suas facturas? Não se concebe como é que indivíduos honestos, conscientes e competentes, em pleno gozo das suas faculdades mentais, programam a construção de um bairro daqueles e não prevêm o normal abastecimento de energia eléctrica, mas sim com fontes alternativas, que meia volta avariariam. Parece ser coisa de loucos!!!

6.6 Travar demolições humanas!

Agora... 14-01-06

A abertura do ano político foi marcada com a presença de Job Capapinha (JoC), governador da província de Luanda (GPL), no Parlamento afim de informar sobre a sua política de "camartelo" sobre os moradores pobres de Luanda, principalmente os dos bairros Cabamba 1 e 2 e 28 de Agosto que passaram o Natal e o Ano Novo ao relento, viram algumas das suas crianças morrer.

Milhares de famílias são obrigadas a resistir heroicamente tal como os trabalhadores da Angonave, na maior vigília do mundo. Ao recordarmos o 4 de Janeiro, na Baixa de Cassanje não podemos deixar de fazer o paralelismo histórico segundo o qual são estes grupos de cidadãos os verdadeiros herdeiros do espírito de resistência dos nossos antepassados, enquanto JoC e as forças de repressão se comportam com o mesmo espírito, a mesma determinação, a mesma arrogância e até com o mesmo argumento ideológico de "agente civilizador" do então regime colonial fascista. Como disse um ouvinte à rádio LAC é só ir a Cambamba e ver "claramente visto" (diria Camões) o Apocalipse. A imagem da devastação, com cidadãos entre os destroços defendendo-se de ventos e chuvas como podem parece um filme surrealista de Hollywood.

Maturidade da opinião pública. A opinião pública começa a amadurecer. Quando há um espaço de liberdade na rádio ou na imprensa os cidadãos, com raras excepções, pronunciam-se contra as demolições, denunciam a repressão desumana e as práticas dos sangue-sugas vendedores de terrenos, Solidarizam-se

com aqueles que voltando da guerra constroem as suas casas para enfim poderem ter uma família denunciam a falta de política de urbanização e dão sugestões úteis que qualquer governo com o mínimo de sensibilidade ao génio do seu povo aproveitaria para normalizar a situação de habitação. Não é um punhado de intelectuais "que escrevem nos jornais" (JoC) os únicos defensores desses cidadãos. Esse tempo do "dedo do Filomeno" (Jornal de Angola Junho de 2001, depois das demolições na Boavista) já passou. Não são, igualmente, apenas a SOS Habitat, a AJPD, as Mãos Livres ("pessoas" não identificadas no dizer do sr. GPL), enquanto associações de direitos humanos que têm uma compreensão combativa e justa sobre o assunto. Também a opinião pública não se circunscreve à própria auto-organização das populações, que em Associações de Moradores no terreno cujos líderes, como é o caso do Quentim, têm sido presos nos vários conflitos. Hoje Sr. governador a esmagadora maioria do povo de Luanda, incluindo bastonários de ordens, analistas não concorda com as demolições humanas e deplora o facto de o Governo não ter uma política urbana em que os pobres sejam contemplados, exacerbando assim a pobreza que serve de pretexto no exterior para o Governo ir buscar empréstimos e doações. Sectores importantes da sociedade civil estrangeira têm igualmente prestado verdadeira solidariedade aos moradores pobres. A saudosa Cristine Messiant, a cientista política francesa que mais se dedicou a estudar Angola nos últimos tempos e por honestidade intelectual ligou-se a causa dos mais desfavorecidos, que a 3 de Janeiro deste ano nos deixou do seu leito hospitalar, endereçou mensagem de solidariedade, em Dezembro, aos moradores sob repressão. O Presidente de Angola tem recebido muitas mensagens de protesto de várias associações e individualidades internacionais. Fotografias sobre as casas arrasadas, mostrando a polícia em acção repressiva e até uma cidadã residente a protestar nua contra as demolições percorrem o mundo. Notícia do roubo dos parques haveres dos cidadãos por parte das "autoridades" e da destruição da sua identificação circulam no globo. A opinião pública é vasta e JoC já figura na lista dos demolidores dos agentes da desgraça e da pobreza humanas.

Os cidadãos interrogam-se. Há questões de palmatória para qualquer Administração Urbana que constitui matéria de interrogação dos cidadãos. Porque é que (sendo previsível) não se urbanizaram zonas para acolher o fluxo de pessoas que migraram para Luanda por razões da guerra, ou por razões económicas, ou por falta de vida nas outras províncias? Porque é que durante 30 anos ao invés de se requalificar os musseques dando melhor vida aos cidadãos, constatou-

se o crescimento dos mesmos? Porque razão é que havendo sido constituída, por decreto, ainda no tempo do ministro Loy a uma comissão para acabar com os musseques. nada foi feito? Porque razão o Estado. através do primeiro Presidente da República. estimulou em discurso publico a auto-construção "tunga ngo" (construam só) mas nunca criou condições de acolhimento para essas construções? E também prometeu resolver o problema da habitação com a aplicação da "Lei de Engels" (construção de casas em altitude) ti para os pobres e nada foi feito? Porque razão pessoas vivendo quase 30 anos num terreno dentro da cidade. havendo já pago aos funcionários o seu terreno não o têm legalizado? E mais ... porque é que não se regulamenta a Lei de Terras) Porque razão não se cumpre com a Lei 1/ 2000 da Assembleia Nacional que obriga o Governo a dialogar com os cidadãos

e não promover o deslocamento de pessoas sem criação de condições prévias? Porque é que o direito sagrado à habitação plasmado na Constituição da República. não é cumprido?

Maturidade política. JoC foi a Assembleia Nacional face à pressão social e política que o escândalo das demolições vem constituindo. Alguns parlamentares e partidos têm-se interessado pelo problema. em particular a FpD - Frente Para a Democracia - reuniu em Assembleia com os cidadãos de Cambamba I e 2 em Dezembro. os moradores estão organizados e têm sólidas lideranças locais e a SOS Habitat tem-se notabilizado na defesa intransigente dos direitos dos moradores. Essa Associação. juntamente com as lideranças locais. foi recebida pelo Presidente da Assembleia Nacional em Dezembro que na sequência tomou a iniciativa de "chamar" o governador de Luanda. Pesa naturalmente na iniciativa parlamentar a capacidade da opinião pública identificar as demolições com a política de rapina por parte de certos agentes do Estado e dos sectores superiores do partido no poder interessados nos negócios dos terrenos. a incapacidade de resposta da governação aos problemas reais e básicos da população, a política de promoção numa elite contra os mais desfavorecidos. a descoberta da falsidade do programa de luta contra a pobreza e da máxima de que "toda a prioridade da governação é para a criança" e o incumprimento da Lei pelo GPL. Por isso. a maioria dos luandenses está desiludida com a politica do poder cujos argumentos segundo os quais os cidadãos não cumprem a Lei e por isso. devem ser castigados só colhe os extremistas dos sectores minoritários pró-governamentais os distraídos gente de má te e gente insensível.

Decisão política. A política das demolições deixa assim visível a inexistência de alma para combater a pobreza

em Angola. como mostra a banalidade da Lei que torna a criança como prioridade no país. Mostra ainda que esta governação usa os cidadãos a seu belo prazer Fazem promessas vãs. vendem terrenos falsamente não legalizam para mais tarde poderem "eles" próprios comprar JoC que fez um "flirt" político criando uma comissão para averiguar a raia miúda que vendeu terrenos ilegalmente (outros usados), deveria começar' por mandar fazer uma auditoria extrema ao seu próprio Executivo do Kilamba Kiaxi para aferir quem vendeu ten'eno de facto aí e se nessa empreitada não lhe pesa a consciência. Aliás. é um detalhe - o poder de venda de telTeno pelas autoridades municipais - "definido" pelo "sistema" para também os adminisu'adores constituírem o seu pecúlio, para não perderem ten-eno na acumulação primitiva face a outros vilões. Não foi. assim, uma prática isolada do Executivo de Viana cuja "admoestação" o "sistema" assegurou recolocando o seu responsável em outro município. Mas a brutalidade da acção e a persistência de JoC em manter a sua postura repressiva mesmo depois do encontro com os parlamentares. numa altura pré-eleitoral mostra muito mais. Mostra que em caso do partido da situação vencer as eleições não haverá qualquer tipo de contemplação. Tudo o que atrapalha os interesses da minoria elitista e predadora será vanido. Esta compreensão é cada vez maior entre os cidadãos. Por isso. a decisão política do voto contra essa política anti-popular ganha cada vez mais o povo que compreende que tem aí uma arma, uma oportunidade única. para evitar maior desastre à Nação. Até lá o caminho continuará a ser a resistência contra as ilegalidades e arbitrariedades do governo de Luanda e as forças repressivas, do Ministério do Interior na certeza de que 2006 será o ano da decisão.

6.7 ... E deputados apertam Capapinha

Agora... 14-01-06

Foi preciso Job Capapinha ter sido "espremido". durante duas horas, pelos deputados da primeira e no\ a comissões, sob a batuta do presidente da Assembleia Nacional (AN). Roberto de Almeida. para que o governador de Luanda revelasse. pela primeira vez. estar a decorrer um inquérito para apurar o envolvimento comissionista de funcionários do GPL na concessão de terrenos nos diferentes municípios da província.

Além disso. desde há muito tempo que são praticamente contínuas as reclamações enviadas ao Parlamento por cidadãos que. impotentes, vêem as suas modestas casas demolidas pelos funcionários dos Serviços de Fiscalização do GPL Também desde há vários anos que se comenta que funcionários do

governo de Luanda, para utilizar uma expressão de Job Capapinha. “vão prejudicando, à margem da lei, o bolso do cidadão”

Convocado para se explicar ao Parlamento nesta terça-feira, 10, o governador de Luanda revelou que o já mencionado inquérito decorre há mais de duas semanas, devendo durar 30 dias. Contas feitas, equivale dizer que até meados de Fevereiro tudo deveria estar clarificado esperando-se que, como ele prometeu, Job Capapinha seja "impacável na sanção aos prevaricadores".

Segundo apurámos de uma fonte que participou na reunião foi o presidente da AN quem mais questionou o Job Capapinha, limitando-se os deputados presentes a fazerem escassas perguntas ao governador de Luanda. A este ainda assim foi-lhe feito notar que existem casos em que administrações municipais concedem terrenos com provas documentais e posteriormente anulam ou rejeitam os documentos comprovativos da posse do terreno que muitas vezes acabam na posse de usurpadores que subornam funcionários do GPL.

"Há sim, no GPL, alguns funcionários menos bons", reconheceu Capapinha. Menos bons talvez seja nivelar muito por baixo, uma vez que a rede instalada até deverá incluir algum "peixe graúdo, dado que funciona há a muito tempo com tentáculos bem enraizados. De resto sobre o próprio Job Capapinha já circularam anos atrás, insistentemente rumores de que se teria locupletado com comissões financeiras em troca da venda de terrenos melhor localizados quando foi administrador do município do Kilamba-Kiixi.

6.8 Programa de desenvolvimento rural abrange 70 mil famílias

Jornal de Angola... 18-01-06

SETENTA mil e 700 famílias camponesas na província do Kwanza-Sul estão envolvidas no programa de extensão rural, em curso desde Setembro de 2005, que tem como objectivo o combate à fome e à pobreza.

Em declarações prestadas ontem à Angop, o director provincial do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), Manuel Alexandre, salientou que o programa decorre com êxito, mercê das quedas regulares das chuvas na região.

As famílias envolvidas no programa, referiu, beneficiaram de 250 toneladas de sementes de milho, 120 de feijão carioca, duas mil e 199 toneladas de fertilizantes diversos, 10 mil enxadas europeias, 900 mil limas, mil e 626 machados e 100 moinhos, que serão distribuídos a

mulheres camponesas.

Manuel Alexandre garantiu que no ano em curso o IDA vai continuar a apoiar as famílias camponesas com instrumentos de trabalho, fertilizantes e sementes, na perspectiva de aumentar as áreas de produção agrícola.

A província do Kwanza-Sul, com uma extensão geográfica de 58 mil e 698 quilómetros quadrados, possui uma população estimada em cerca de dois milhões e 500 mil habitantes.

6.9 Quatrocentas famílias desfavorecidas no Bié recebem casas

Jornal de Angola... 17-01-06

QUATROCENTAS famílias vulneráveis da província bié beneficiaram de residências durante o ano passado, através de um projecto de auto-construção dirigida, informou ontem, no Kuito, o governador local, José AmaroTati.

Essas residências, de acordo com o governante, foram distribuídas às famílias reassentadas nas suas áreas de origem, desmobilizados das ex-forças militares da UNITA, bem como antigos refugiados. José Amara Tati disse que o governo local e o central prestaram assistência humanitária à várias famílias vulneráveis com bens alimentares, vestuários, kits de trabalho e meios de produção, para permitir a sua inserção na comunidade.

O governador garantiu que apoios do género vão continuar nos próximos tempos, beneficiando, sempre que necessário, as famílias mais carentes da região. O objectivo é combater a fome, miséria e a nudez no seio das comunidades. Para materializar alguns projectos do Ministério da Reinserção Social em carteira, segundo Amaro Tati, o seu executivo está a reabilitar treze infra-estruturas ligadas ao sector em todos os municípios do interior da província, com vista a garantir um melhor ambiente de trabalho.

Durante o ano transacto, o sector de Assistência e Reinserção Social formou na província do Bié mais de cem activistas sociais de vigilância de infância, para apoiar o programa de reunificação familiar.

7 SERVIÇOS BÁSICO

7.1 Temor à tuberculose pode dar em greve na ELISAL

Semanário Angolense... 14-01-06

ELISAL, Empresa de Limpeza e Saneamento e Luanda, pode nos próximos dias observar uma paralização nas suas actividades, na sequência de um braço de ferro que a opõe aos trabalhadores, causado pela decisão da direcção de suspender-lhes a assistência médica e medicamentosa, quando o risco de contágio de doenças perigosas como a tuberculose é grande no seu seio, em face da própria natureza do trabalho que efectuam.

De acordo com as nossas fontes, a onda de descontentamento é grande, residindo também no facto do subsídio de contágio que auferem ser insignificante e não compensar os riscos que correm. «Já não temos a assistência médica que nos era dada e como o subsídio de contágio é uma ninharia, não dá sequer para enfrentar uma tuberculose», sublinhou um fiscal da empresa, por sinal, já infectado pelo bacilo de Koch, queixando-se de ser obrigado a tirar do seu parco salário para tratar-se, o que lhe complica ainda mais a vida.

«Se eu, como fiscal, já estou contaminado, imagine que riscos correm os operadores de máquinas e varredores, que lidam todos os dias com toneladas e toneladas de lixo mais directamente», acrescentou. Apesar de não precisarem quando os trabalhadores pensam partir para uma eventual greve, as fontes deste jornal garantem que, enquanto estiverem privados de assistência.

Apesar de não precisarem quando os trabalhadores pensam partir para uma eventual greve, as fontes deste jornal garantem que, enquanto estiverem privados de assistência médica e medicamentosa, muitos serão aqueles que preferirão ficar em casa, com medo de contraírem alguma doença perigosa. «Se os outros já apanharam tuberculose, porquê me arriscar também, se o subsídio de contágio é uma porcaria?», interrogou-se um operador de máquinas, para depois manifestar a sua intenção de ficar em casa nos próximos tempos. «P'ra quê me arriscar, para depois lamentar?», insistiu.

O CULPADO

Para eles, a actual situação periclitante na ELISAL tem um só culpado: Antas Miguel, o director-geral da empresa. Desde a sua ascensão ao cargo, em 2004, os trabalhadores passaram a ver a sua vida mais dificultada, logo a partir da altura que ele decidiu cortar o direito à assistência médica, até então feita na Clínica Sagrada Esperança, no quadro de um protocolo entre as duas entidades.

Os trabalhadores contam que, quando Antas Miguel decidiu suspender a assistência dos seus empregados na Clínica Sagrada Esperança, argumentou que era preciso reduzir os custos de operação da empresa, por um lado, avançando, por outro lado, que seria encontrada uma alternativa, consubstanciada na construção e entrada em funcionamento de um centro médico afim nos estaleiros da ELISAL, ao Eixo Viário. O dito centro já está feito, mas desde Setembro, data da sua conclusão, nunca funcionou, o que está na base deste movimento reivindicativo.

A falta de encontros entre trabalhadores e direcção da empresa é também apontada pelas nossas fontes como indutora da actual situação de crise por que passa a ELISAL. «Desde que Antas Miguel subiu ao cargo de director, nunca tivemos uma assembleia para discussão dos problemas da empresa», lamentam. Sempre que os trabalhadores tentam um encontro com a direcção, Antas Miguel recusa-se, limitando-se a ouvir os seus colaboradores mais directos, que terão uma visão diferente dos problemas dos funcionários de base.

ABUSO DE PODER

Em face das inúmeras dificuldades por que passam, alguns trabalhadores, sobretudo operadores de máquinas, enveredaram pela candonga, vendendo areia nos arredores da cidade. Apanhados, os operadores, em número de cinco, seriam despedidos, porém, ao lado de outros 160 trabalhadores que nada tinham a ver com o caso, originando assim um outro foco de tensão entre os «sobreviventes» e a direcção da empresa.

«Até funcionários que estavam de férias foram sancionados sem razão», queixam-se as nossas fontes, sublinhando que há um grande clima de instabilidade no seu seio, prejudicial para a própria rentabilidade da ELISAL.

As discrepâncias salariais são também outro foco de tensão. As fontes dizem que Antas Miguel dá uma estranha primazia a funcionárias da secretaria, algumas das quais chegam a auferir vencimentos mais altos que colegas seus com categorias superiores. «Como é que uma funcionária da secretaria ganha mais que o seu próprio chefe?», interrogou-se um dos nossos interlocutores, para quem alguns dos postos de chefia distribuídos foram só de fachada. «Ser chefe só na boca, não interessa, já que, ao fim e ao cabo, muitos são subordinados das suas subordinadas», ironizou. Na segunda feira, 09, o *Semanário Angolense* tentou ter uma conversa séria sobre o assunto com o director-geral da ELISAL, Antas Miguel, mas este chegou a destratar o jornalista, insistindo para que este lhe fornecesse os nomes das pessoas que tinham contado o

caso ao nosso jornal.

«Não gosto nada destas coisas, não quero falar disso. O senhor tem é de me dizer quem são os trabalhadores que lhe forneceram estas informações», disse, com muitos ares. Como é evidente, o jornalista recusou-se a dar uma de «bufô», pelo que a conversa ficou por aí.

7.2 Administrador do Cazenga prioriza recolha de lixo

Jornal de Angola... 09-01-05

O administrador municipal do Cazenga, Fernando Domingos Manuel, considera a recolha do lixo e dos resíduos sólidos, na circunscrição, como tarefas prioritárias a executar este ano, para se pôr fim aos graves problemas de saúde da população.

O responsável reconheceu que a recolha do lixo deve ser tratada como prioridade, porque está associada a problemas de saúde das populações e de uma convivência salutar. Fernando Manuel fez estas declarações sexta-feira, durante a abertura da XI edição das festas populares do Cazenga, a terem lugar a partir de hoje, segunda-feira. Segundo o responsável, o grande problema do município está na recolha do lixo e no tratamento dos resíduos sólidos, porque as empresas contratadas estão desprovidas de meios para a sua execução.

A outra grande aposta de Fernando Manuel é o melhoramento das vias de acesso, fornecimento de energia eléctrica, abastecimento de água potável, saneamento básico e o sector da educação. Segundo ele, o "trabalho que está a ser feito" para o melhoramento das condições de vida das populações não satisfaz ainda as necessidades dos municípios.

Afirmou que a comparticipação dos municípios na resolução dos problemas que os afligem é salutar, porque os recursos financeiros disponíveis são insuficientes para solucionar todas as dificuldades da municipalidade. Por esta razão, os membros das comissões de moradores são chamados a assumir responsabilidades acrescidas, porque o objectivo é a prestação de um serviço melhor e de qualidade para a população.

Assim, apelou aos municípios a uma maior participação nas acções do Governo da Província de Luanda, principalmente no novo modelo de recolha e tratamento de resíduos sólidos.

7.3 Obras do aterro sanitário serão concluídas em Março

Jornal de Angola... 11-01-06

As obras de construção do aterro sanitário localizado nos Mulenvos, município de Cacuaco, estarão concluídas em Março próximo, anunciou ontem o director geral da Empresa de Limpeza Pública (ELISAL-EP).

Antas Miguel fez este anúncio durante uma conferência de imprensa convocada pelo governador de Luanda, Job Capapinha, para balancear as actividades desenvolvidas no ano findo e perspectivar outras para o corrente.

O director geral da Elisal disse estarem já no país os meios necessários para a construção do depositário geral de lixo recolhido na cidade de Luanda, bem como das estações de transferência de resíduos sólidos. As obras de construção do aterro sanitário iniciaram há dois anos, mas a sua conclusão foi sucessivamente adiada devida ao atraso na aquisição dos equipamentos. Afirmou ainda que o novo modelo de gestão de resíduos sólidos, em implementação já na Ingombota desde 10 de Outubro último, vai abranger este ano todas as zonas de Luanda. O novo modelo prevê a retirada de contentores dos passeios públicos para as áreas privativas dos edifícios.

Os moradores dos prédios depositam o lixo em contentores e os das vivendas em sacos junto à porta, das 18 às 21 horas, para que a recolha se processe das 21 às 06 horas.

Explicou que as operadoras privadas que deverão servir as outras áreas da cidade estão na fase de aquisição de equipamento para prestarem um serviço de acordo com a exigência do Governo Provincial de Luanda.

7.4 Elisal “apunhala” parceiros

Folha 8... 28-01-06

O acordo rubricado entre a Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal), e determinadas operadoras privadas ligadas ao mesmo ramo está em rota de colisão, face à postura assumida pelos responsáveis máximos da organização responsável pela higiene da cidade capital, informou ao Folha 8 o dirigente de uma das várias operadoras existentes.

O referido acordo, segundo a mesma fonte, é resultado do programa criado na segunda quinzena de 2004 pela Elisal, que previa a contracção de operadoras privadas, que ao seu lado trabalhariam na melhoria da imagem da cidade capital, imunda de lixo em toda sua extensão territorial. Em virtude do método estratégico delineado pela Elisal, de acordo ainda com a mesma fonte, grande parte das operadoras privadas foram destacadas nas

zonas periféricas de Luanda, onde à luz do acordo alcançado tinham a obrigação de proceder a recolha diária do lixo, bem como a varredela das ruas onde estavam sediadas. "Em função do número de operadoras contratadas, a Elisal delimitou as zonas de trabalho de cada uma, com o propósito de se evitarem transtornos, ou choque entre elas", esclareceu o interlocutor, que continuando, disse, terem recebido apoio material apenas nos primeiros meses de contrato.

Apesar da pouca atenção que lhes é prestada por parte da empresa responsável pela limpeza e saneamento básico da província de Luanda, não deixaram de cumprir o dever prescrito no contrato, "não temos tido o devido apoio, como consequência, confrontamo-nos com inúmeras dificuldades, que vão desde os meios técnicos ao pagamentos de salários". Não obstante as dificuldades a que estão submetidas as operadoras privadas de limpeza e saneamento, o mesmo assegurou, que ainda amalhava esperanças de ver a situação resolvida em dias vindouros, mas esta crença veio desmoronar-se nos últimos dias de Dezembro de 2005, quando foram avisados pela direcção da Elisal, que deveriam suspender imediatamente o serviço de recolha de lixo por tempo indeterminado. Esta notícia, na versão da fonte, abalou profundamente as direcções das operadoras suspensas, dado o facto de representar o único meio que assegurar a existência das referidas instituições, que apesar das inúmeras falhas contribuem para a melhoria do meio ambiente suburbano luandense. Com a suspensão, os reflexos negativos são visíveis em algumas operadoras privadas, "a partir do momento em que recebemos a "cruel" notícia metemos as mãos na cabeça porque não sabemos como pagar as dívidas contraídas para manter as máquinas, salários em atraso e outros gastos correntes", desabafou Tó Américo como também é conhecido. Em reacção a suspensão, o interlocutor acredita ser uma fórmula bem esboçada por elementos ambiciosos e interessados em obter dividendos a partir da recolha de lixo, nas zonas suburbanas da província de Luanda. Questionado sobre tal hipótese respondeu, "faço alusão a esta possibilidade tendo em conta a forma como decorreu o processo da nossa suspensão, não houve um comunicado escrito, nem tão pouco esclareceram os motivos de tal castigo". Continuando com a sua explanação foi categórico em afirmar, que o serviço de recolha de lixo atribuiu a uma outra empresa também privada onde possivelmente alguns elementos da Elisal conseguiram obter alguns dividendos.

"O lixo é um produto que envolve valores monetários avultados capazes de desviar a intenção de qualquer indivíduo ligado a este serviço, em face disso gizaram essa estratégia de afastamento de algumas operadoras,

na qual a minha faz parte", declarou a fonte que viemos citando. O resultado da paralisação das operadoras privadas no município da Samba já se faz sentir, dado ao facto da empresa indicada para o efeito não estar a proceder à recolha de lixo sólido em toda extensão do município, a rua Augusta é um dos exemplos concretos. Nos momentos em que a operadora "Triambiente fazia a recolha de lixo na rua supracitada e em muitos bairros da Samba a situação estava mmlmizada e inclusive havia colocado contentores, mas depois da sua suspensão retirou os meios por si colocado transformando assim as ruas em autênticas lixeiras. A falta de contentores obrigava os munícipes a depositar o lixo no chão, situação que enfureceu os moradores residentes próximos das zonas transformadas em lixeiras. Estes, enfurecidos, como já referimos, dirigiram-se até a direcção da "Triambiente" para saber de concreto quais eram as razões de tal imundice. Mas de nada serviu a fúria dos moradores porque foram informados que já não era da responsabilidade deles a recolha de lixo, mas da "Envirobac" outra empresa, e os contentores retirados tinham sido alugados.

Face à suspensão de que foi alvo, a "Triambiente" está prestes a despedir uma boa parte dos seus funcionários pelo facto de não ter recursos para suportar os custos de mão-de-obra. "Estamos apenas autorizados a realizar a varredelas das estradas, desta forma não teremos capacidades de suportar as despesas com o pessoal, a única solução será mesmo a redução dos funcionários", afirmou um dos funcionários da "Triambiente". A realidade da operadora privada de limpeza e saneamento básico é uma realidade vivida por outras que também trabalharam na recolha de lixo em favor da Elisal. Tentamos a todo custo contactar o director geral da Elisal, mas por razões alheias à nossa vontade não conseguimos.

Várias tentativas foram feitas, inclusive ligamos para o telemóvel do director geral Antas Miguel, mas quem respondia era sempre o motorista, e com a mesma resposta, "o director está reunido liga daqui a dez minutos, vou transmitir o recado", isso durante uma semana. O acesso à informação nas instituições do Estado tem sido difícil para os órgãos da Imprensa Privadas, e quando estes no seu direito passam a informação são conotados como maus profissionais. O direito à informação, o direito de ser informado e informar são pressupostos tipificados na Lei magna da República de Angola, ninguém poderá retirar esses direitos aos profissionais dos diferentes órgãos de comunicação social.

7.5 Bairro Benfica sitiado pelo lixo

Cruzeiro do Sul... 28-01-06

O emblemático bairro Benfica em Benguela está a ser considerado como dos "mais porcos" dos arredores da cidade, devido ao fraco saneamento básico do meio.

Em quase todas as esquinas estão amontoados de lixo a acenar os transeuntes com cheiro nauseabundo, num autêntico atentado à saúde pública. Os moradores dizem que a inoperância da Administração Municipal está a contribuir para a degradação da saúde da população. João da Silva, morador da Rua 1, acusa a AME de falta de políticas planificadas para mobilização dos moradores na remoção do lixo. "Isto é um problema que deve ser tomado a peito", alertou. Segundo Herculano Kussumala, os poucos recursos materiais e financeiros que a Administração arrecada das taxas e mercados podem perfeitamente suportar as operações de recolha de lixo. Respondendo às acusações da população, Custódio Sebastião, chefe do Saneamento Básico do Meio da AME, defendeu-se tomando como escudo a falta de meios. "Estamos a tentar juntar o lixo em alguns lugares para depois podermos recolher de uma só vez", declarou ao CS. Custódio Sebastião disse que os Serviços Comunitários têm solicitado apoios à empresas para remoção do lixo, mas a resposta tem sido negativa. Os dois camiões que a sua direcção possui não são suficientes para remover todo o lixo que existe na cidade e periferia.

Entretanto, o CS fez uma inspecção aos principais focos de concentração de lixo da cidade e foi surpreendido com montanhas de resíduos sólidos a ocuparem faixas completas de estradas. Nuvens de moscas sobrevoam essas montanhas e as crianças e dementes têm nelas lugares eleitos para brincar e se alimentar. O primeiro foco, no centro da cidade, está em frente a Mama do Funge, na rua Domingos do Ó. O segundo na rotunda do bairro Benfica, atrás da padaria Santos Primo, o terceiro que não é recolhido há três meses no bairro da Goa, atrás da ex-fábrica da Dusol.

O quarto está colado ao Cemitério Velho da Camunda. O quinto está a assediar o quarteirão da Rádio Benguela, o sexto está na Massangarala, o sétimo no Cotel, oitavo na Praça do Calohombo, o nono está no Kasseque, etc. Para além dos citados, o mercado da Caponte é o maior produtor de lixo exposto a municipalidade. Isso para demonstrar que a situação é grave e a saúde pública em Benguela está em perigo.

7.6 Província do Huambo tem mais 42 fontenários

Jornal de Angola... 30-01-06

Quarenta e dois fontenários de água potável foram construídos pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) em 2005 nos municípios do Kachiungo, Bailundo, Tchicala-Tcholoonga, Ekunha, Huambo e da Caála.

Segundo um documento do CICV a que a Angop teve acesso, foram ainda construídas várias latrinas, visando criar condições de saneamento básico da população. Os projectos, de acordo com o relatório, beneficiaram 33.370 pessoas. Para a efectivação dos projectos, o CICV contou com a participação das próprias comunidades que se organizaram em equipas, o que permitiu a criação de 42 comités para o sector da água e saneamento. Os comités dispunham de mais 120 membros.

Nesta actividade, o CICV contou ainda com a parceria da ONG canadiana Development Workshop (DW), na troca de informação e coordenação.

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 ONG lança Jornal de Direitos Humanos.

Folha 8... 21-01-06

A problemática dos Direitos Humanos em Angola será abordada com maior profundidade, através do Jornal Desperte! Uma edição da ONG nacional Lawuleno.

O Jornal ora lançado tem por objectivo a promoção e a defesa dos Direitos Humanos dos cidadãos dos autóctones, com maior incidência para os mais desfavorecidos. Segundo Alívio Gambo, membro da Comissão de Gestão, o Jornal Desperte! é editado em Luanda e será distribuído a nível das 18 províncias de Angola. A distribuição do referido jornal nas zonas mais recôndita do País tem como intuito divulgar e promover os direitos dos cidadãos, informando-os sobre os mecanismos interno e externo de protecção dos Direitos Humanos, incentivando a denúncia de casos de violação naquelas zonas. Gambo informou ainda, que com o Jornal Desperte! tenciona-se proporcionar o elo de ligação entre os cidadãos e as instituições responsáveis pela garantia dos Direitos Humanos.

Numa primeira fase o jornal será editado mensalmente com 8 páginas, com uma tiragem de 5000 exemplares, a

sua distribuição será gratuita.

8.2 Prorrogado mandato da UTCAH por mais 2 anos

Jornal de Angola... 12-01-06

Um decreto, promulgado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, anuncia a prorrogação do mandato da Unidade Técnica de Coordenação da Ajuda Humanitária (UTCAH), por um período de dois anos.

Insere no Diário da República, a medida teve em consideração a existência ainda, no país, de áreas inacessíveis, devido a pontes destruídas e estradas intransitáveis, com necessidades críticas de âmbito humanitário.

A referida Unidade Técnica constitui o órgão do Governo angolano vocacionado para coordenar, acompanhar e controlar os programas e projectos de assistência humanitária. A prorrogação do mandato da UTCAH vai assegurar o desenvolvimento de acções residuais, até à sua normalização.

8.3 Massacre tribal hediondo e cruel

Folha 8... 28-01-06

O dia 22 de Janeiro de 1993, para muitos autóctones será uma data para não esquecer, pois foi precisamente, há treze anos, que cidadãos da etnia Kikongo ou Bakongo, residentes em Luanda, foram cruelmente massacrados, por alegados agentes policiais e militantes radicais do MPLA, sob acusações destes apoiarem, "sub-repticiamente, a guerra da UNITA e de Jonas Savimbi e ainda tentarem assassinar o Presidente da República, José Eduardo dos Santos". E esta onda criminoso, sem um alvo apontado, começou a seleccionar indiscriminadamente, para a morte ou espancamento, todos quantos não se pronunciassem, correctamente, na língua de Camões ou tivessem sotaque mais carregado e que estivessem a sair dos bairros Palanca, Cuca e Mabor, maioritariamente habitados por autóctones do norte de Angola.

Na altura, as estradas estavam repletas de homens armados e fervorosos militantes "camaradas", munidos de catanas, facões, paus, armas que assestavam violentos golpes nas suas vítimas, numa sexta-feira.

Pela envergadura da barbárie, aquilo que poderia ser um dia santo, popularizou-se como "sexta-feira sangrenta" e a sua divulgação deveu-se ao facto de, coincidência ou não, a maioria das vítimas serem oriundas do norte de Angola.

A oposição em bloco condenou o acto e pediu responsabilidades ao Governo, que sempre se negou dá-las, limitando-se a considerar a chacina como feito de um grupo de meliantes. Em função disso, o PDP-ANA e o seu falecido líder, o deputado Mfulumpinga Nlandu Victor, também de origem Kikongo, não baixaram as mangas e fizeram deste dia e acto, uma bandeira reivindicativa, fazendo condenar o tribalismo e discriminação contra os homens do norte.

Mas ao que se diz, tudo terá começado com a circulação de panfletos apócrifos, onde se podia ler, num deles o seguinte:

"Os Bakongo estão a apoiar a guerra da UNITA e de Jonas Savimbi, para este tomar Luanda e matar, todos do MPLA". Até hoje nunca se chegou a descobrir a origem e o autor deste documento, que tanta ira, mortes e mutilados causou e foi internacionalizado pela acção vigorosa de denúncia daquele que em vida, foi um dos mais brilhantes professores catedrático de matemática, o ex-deputado e ex-conselheiro da República, Mfulumpinga Nlandu Victor. "Mataram-nos como se fôssemos cães. Nós somos angolanos, como os que falam português e o nosso sotaque deve-se ao facto de termos sido, aqueles que partiram para o exílio, para lutar contra a ocupação colonial portuguesa", disse Mbala ya Nzinga. No mesmo esteio, Nzuzi António afirma ter presenciado a morte do irmão a pancada e "depois foi queimado com um pneu por um homem fardado de nome coronel Tony e alguns agitadores com camisolas do MPLA", assegurou ao Folha 8, acrescentando, com lágrimas nos olhos que "o tribalismo do MPLA é tanto, que os cega, porque têm noção que os verdadeiros libertadores de Angola, aqueles que mais fizeram temer os colonos portugueses foram, maioritariamente, os Bakongos, muitos dos quais enquadrados na FNLA. Esta é a história e o nosso crime é termos nomes nativos e não portugueses".

Enquadrado neste frenesim e em função do seu dinamismo, Nlandu Victor, na sua qualidade de deputado do PDP-ANA, avocou a si a responsabilidade de agitar as águas calmas da Assembleia Nacional, para que esta agendasse a discussão da bárbara acção. "Muitos pensam que os massacres só ocorreram em Luanda, mas no Uíge também mataram Bakongos, no mesmo dia e hora, o que demonstra ter sido uma acção concertada e não de simples malfeitores, como o governo pretende fazer crer", disse Nteka Vita, no Uíge, ao Folha 8. Recorde-se, entretanto, que aceite o princípio, de discussão que deveria ser franca e aberta pelos deputados, o massacre foi debatido durante quatro dias, no termo dos quais seria criada uma Comissão de Inquérito, composta por legisladores de

várias bancadas.

Infelizmente para os familiares das vítimas e de grande parte da sociedade civil, a montanha pariu um rato, pois os resultados do órgão criado ficaram aquém das expectativas. "Como sempre, a maioria parlamentar, não estava interessada na verdade, pois quem morreu tinham sido autóctones negros, Bakongo, com nomes originalmente angolanos e africanos. Se fossem outros, os Mingas, Burity, Van-Dúnem, Dos Santos, a preocupação e conclusão seria outra", lamentou Nganga Vemba.

Para o actual líder do PDPANA, Sediangani Mbimbi, "o processo destes massacres não está encerrado e só deixaremos de falar deles depois da publicação de resultados credíveis e imparciais", alertou. A oposição faz recair a principal suspeição no MPLA, partido no poder, pelo facto de este ter urdido, igual artimanha, em 1975, para quebrar o impacto da FNLA, na época, como um dos mais coesos partidos nacionalistas, que se batia pela democracia e realização de eleições livres e justas, que deveriam ocorrer em 1975. "Como o MPLA tinha medo de perder nos votos, então com o apoio dos comunistas e colonialistas portugueses, deram um golpe aos Acordos do Alvor e à esperança dos angolanos, instaurando um Estado ditatorial marxista-leninista, que ainda vigora, mas, agora, camufladamente", acusa Nzuzi, recordando que no passado, "eles acusaramnos de sermos canibais e comermos pessoas, utilizando uma arma macabra de diabolização; a mentira, a calúnia e o boato. Infelizmente como a mentira tem pernas curtas, tempos depois na sua estratégia de destruir a oposição, integraram no seu Comité Central e Bureau Político, antigos dirigentes da FNLA. O que eles estão a fazer lá? Será que estão a ensinar canibalismo, aos membros do MPLA?"

2.1 Título do Artigo (não em letros maisculos)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.
Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

2.2 Título do Artigo (não em letros maisculos)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

4.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.